



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Comunicação, Turismo e Artes
Programa de Pós-graduação em Jornalismo

**“Jornalismo em rede e o uso das novas mídias na
cobertura jornalística do movimento
#ForaMicarla no Rio Grande do Norte”**

Cassiana Ferreira

João Pessoa

Julho/2016



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Comunicação, Turismo e Artes
Programa de Pós-graduação em Jornalismo

**“Jornalismo em rede e o uso das novas mídias na
cobertura jornalística do movimento #ForaMicarlano
Rio Grande do Norte”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Jornalismo, área de concentração em Produção Jornalística, Linha de Pesquisa, Prática, Processos e Produtos.

Cassiana Ferreira

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Cardoso de Paiva

João Pessoa/Julho/2016



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Comunicação, Turismo e Artes
Programa de Pós-graduação em Jornalismo

A dissertação de **Cassiana** Ferreira, intitulada “Jornalismo em rede e o uso das novas mídias na cobertura jornalística do movimento #ForaMicarlano Rio Grande do Norte”, foi _____ pela banca examinadora.

Prof. Dr. Cláudio Cardoso de Paiva (Orientador – UFPB)

Prof. Dr. Fernando Firmino da Silva (Membro Interno – UFPB)

Prof^ª Dra. Maira Nunes (Membro Externa – UFPB)

DEDICATÓRIA

*Dedico ao melhor ser humano que conheço e que possui
meu amor incondicional meu filho, Franco Ferreira de
Sousa.*

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus que em seu infinito amor e cuidado, me deu forças e remiu o tempo necessário para esta pesquisa pudesse ser concluída. Também agradeço por ter me feito sentar na frente de um computador em janeiro de 2011, mês que meu desejo em estudar o ciberativismo foi germinado.

Minha gratidão ao meu marido, Eduardo Borgula Szabo Júnior, que com sua paciência e compreensão sempre esteve ao meu lado, desde os momentos de correria de uma pesquisadora que ainda continua no batente da redação até os chás gelados que me preparou para conseguir ter mais energia para escrita nas madrugadas que antecederam essa dissertação. Eu sou muito feliz em tê-lo para dividir e somar a vida.

Ao meu amado filho, Franco Ferreira de Sousa, que hoje é quase um homem feito, mas continua com o coração de uma criança. Independente, trilha seu próprio caminho como atleta, longe dos meus olhos e das minhas asas, mas que é minha fonte de inspiração em me tornar um pouco melhor a cada dia. De alguma forma, a trajetória academia me faz sentir nesse caminho.

Aos meus pais, por seu cuidado e apoio em todos os momentos da minha vida, mesmo quando não estavam de acordo com minhas decisões. Sou grata por suas vidas e peço a Deus que eu possa ser porto seguro nos anos que estão por vir.

Ao meu orientador, professor Cláudio Cardoso de Paiva, que com toda sua praticidade e genialidade, tinha sempre o melhor direcionamento para dar a este trabalho. Confesso um arrependimento: eu deveria ter bebido muito mais na fonte.

Aos amigos queridos, só gente fina e sincera, que tornam minha vida mais alegre e leve.

RESUMO

Viver em sociedade, hoje, é estar inserido dentro de uma nova estrutura social que depende de tecnologias digitais de informação e comunicação. Novas configurações que alteram não apenas a maneira como as pessoas se comunicam, mas passa também pela forma como se organizam politicamente. Reconfigurações que provocam mudanças no jornalismo, uma vez que coube a ele, desde seu surgimento, interpretar a realidade. Um desafio que se tornou ainda maior diante das transformações tecnológicas que provocaram um novo *médium*. As redes sociais são as capitãs de novas configurações e constituem o fundamento do ciberespaço (Lemos, 2010). Diante desse novo ecossistema midiático, em que o cidadão tem a liberdade de produzir, consumir e distribuir informação, o jornalista perdeu seu papel de protagonista no processo de mediação. A discussão sobre internet, cibercultura, sociedade em rede, ativismo digital exige da academia novos olhares e novos fôlegos diante deste modelo participativo onde o espectador deixou de ser apenas um consumidor de informação, mas passou a produtor ativo de conteúdo, aportando ao processo informativo características de globalização, participação, interação e colaboração. E a maneira como essas práticas modificaram a cobertura jornalística é o que esta pesquisa tenta responder lançando o olhar sobre o fenômeno do #ForaMicarla, especificamente sobre os 11 dias de ocupação da Câmara Municipal de Natal, e a relação entre manifestantes e jornalistas para a produção de notícias sobre o caso. A pesquisa consta de entrevistas e referências que serviram como casos ilustrativos para a discussão teórica. Para tanto, nos apoiando nos estudos de autores Recuero (2009), Santaella (2012), Castells (2013), Lemos (2004, 2006, 2010), Fausto Neto (2006) e outros pensadores que nos servem de inspiração ao desafio de compreender os acontecimentos diante da relação entre as novas faces das interconexões sociais e os meios tecnológicos da comunicação social.

Palavras – chaves: Jornalismo, Redes sociais, Ativismo digital

ABSTRACT

To live in society today is to be inserted within a new social structure that depends on digital technologies of information and communication. New configurations that change not only the way people communicate, but also the way they organize themselves politically. Reconfigurations that provoke changes in journalism, since it was up to him, from his appearance, to interpret reality. A challenge that has become even greater in the face of the technological changes that provoked a new medium. Social networks are captains of new configurations and constitute the foundation of cyberspace (Lemos, 2010). Faced with this new media ecosystem, where the citizen is free to produce, consume and distribute information, the journalist has lost his role as protagonist in the process of mediation. The discussion about the internet, cyberculture, society in network, digital activism demands of the academy new looks and new breaths in front of this participative model where the spectator stopped being just an information consumer, but passed to active producer of content, contributing to the informative process characteristics Globalization, participation, interaction and collaboration. And the way in which these practices have modified journalistic coverage is what this research tries to answer by looking at the phenomenon of #ForaMicarla, specifically about the 11-day occupation of the Natal City Hall, and the relationship between demonstrators and journalists for production Of news about the case. The research consists of interviews and references that served as illustrative cases for the theoretical discussion. In order to do so, we have supported the studies of authors Recuero (2009), Santaella (2012), Castells (2013), Lemos (2004, 2006, 2010), Fausto Neto (2006) and other thinkers who inspire us to the challenge of understanding The events in the face of the relationship between the new faces of social interconnections and the technological means of social communication.

Key words: Journalism, Social networks, Digital Activism

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –Usuários usam o Twitterpara convocação ao protesto

Figura 2 – A ciberativista @tamcanedo usa o perfil para apoiar a manifestação

Figura 3 - O tweet de @russo_natal reforça a ideia de participação ao movimento

Figura 4 – Manifestantes gritam palavras de protesto e carregam faixas com o pedido que dá nome ao movimento

Figura 5 – Micarla Sousa anuncia à imprensa que vai deixar vida pública

Figura 6 - Cronologia de alguns momentos da mobilização

Figura 7 – Acampamento montado nas dependências da Câmara Municipal de Natal

Figura 8 –Cartaz utilizado para divulgação do acampamento

Figura 9 - Postagem de @Jeh_Barros sobre ter visto uma importância política e social da mobilização, postagem feita em 22 de junho de 2011. A hashtag fica em vermelho

Figura 10 - Em seu perfil, @eliezerzeh chama a atenção para o poder de mobilização política que enxergava no protesto, bem como em todo o movimento

Figura 11 – O cibernauta @_HerbertSantos deixa claro sua crença nos resultados da manifestação ao ser reconhecida pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Figura 12 – Manchete do Tribuna do Norte sobre as negociações para saída da Câmara

Figura 13 – Manchete do Tribuna do Norte divulgada logo após a decisão dos ativistas de desmontagem do acampamento

Figura 14 – Faixa improvisada pelos manifestantes na entrada da Câmara

Figura 15 - Matéria no TN Online que falou pela primeira vez, em abril de 2011, sobre a mobilização que resultou na ocupação da Câmara de Natal, embora a hashtag #ForaMicarla estivesse sendo usada nas redes sociais desde outubro de 2010

Figura 16 – O movimento #ForaMicarla é citado pela primeira vez no Twitter, seis meses antes do acampamento

Figura 17 – Matéria no TN Online sobre o início da ocupação na Câmara de Natal

Figura 18 – Manifestantes realizam atividades no pátio da Câmara

Figura 19 –Primeira notícia sobre o #ForaMicarla trazido pelo Tribuna do Norte

Figura 20 – Como o assunto estava sendo postado no Twitter e como era tratado nas matérias publicadas no TN Online

Figura 21 – Manifestantes usam cartaz improvisado com a hashtag que dava nome à mobilização sobreposta sobre a placa oficial da Câmara de Natal

Figura 22 – Cartaz de boas-vindas ao acampamento montado no pátio da Câmara

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – O #ForaMicarla	18
1.1 – O #ForaMicarla	18
1.2 Desconstrução da imagem de Micarla Sousa	19
1.3 –Carreira política da ‘borboleta’	24
1.4 - Acampamento “Primavera sem borboleta”e os 11 dias de ocupação..	26
1.5 - O #ForaMicarla e o Twitter.....	29
CAPÍTULO 2 – Jornalismo e Mediação.....	41
2.1 O jornalista e a perda do seu protagonismo	45
2.2 Revalorização da mediação	48
2.3 Jornalistas e redes sociais	49
2.4 A cobertura do #ForaMicarla pelo portal Tribuna do Norte	58
2.5 Hashstagstorytellyng do #ForaMicarla: nova linguagem jornalística.....	72
CAPÍTULO 3 – Midiatização	74
3.1 Movimentos sociais e novas mídias	77
3.2 – Ciberativismo.....	84
3.3. Os ‘ocupa’	85
CONSIDERAÇÕES	87
REFERÊNCIAS.....	89

INTRODUÇÃO

As mudanças provocadas no jornalismo com a chegada da internet deixam cada vez mais claro que não mais é possível o fazer jornalístico sem um contexto informativo caracterizado pela interatividade entre captadores de informações, atores sociais em rede, sejam eles profissionais, jornalistas, acadêmicos, especialistas ou amadores. Os atores no ciberespaço, enquanto “indivíduos que agem através das ferramentas de comunicação mediada por computador”, constata Recuero (2009) ao fazer um mapeamento das redes sociais através da conversação mediada por computador.

Diante de um cenário onde o processo de contribuição dos participantes, principalmente através das mídias sociais, enriquece o trabalho do jornalismo, provocando novas perspectivas e outras maneiras de enxergar os acontecimentos, consideramos a pertinência de analisar a maneira como a mídia tradicional se pauta pela narrativa e repercussão dos acontecimentos nas redes sociais.

E embora as transformações causadas pelo comportamento social dos internautas venham sendo alvo de estudos na área da comunicação, nos campos da publicidade e propaganda, este estudo vai em outra direção e aponta para a importância de um olhar mais aprofundado entre novas mídias e o fazer jornalismo.

A atualização constante e a pressão do tempo criaram novas formas narrativas onde a notícia é construída em camadas. Uma dinâmica que se dá a partir das unidades de informação que vão se tornando disponíveis, sendo conectadas pelos hiperlinks e cuja estrutura pode ir de materiais praticamente brutos, sem qualquer edição, a pacotes completos do jornalismo tradicional incluindo análises, desdobramentos e contextualização.

A Web deixou de ser uma plataforma de comunicação unidirecional para se tornar, com a evolução para a Web 2.0, um espaço por excelência de partilha e colaboração que gerou, e continua a gerar grandes mudanças em vários domínios a que não escapam o exercício do jornalismo e os métodos de informar.

Reside aqui nosso ponto de partida para esta pesquisa. Seguimos ainda na busca pelo entendimento das questões apresentadas e para isso, faremos uso de um recorte entre as mídias sociais e a produção de notícias em portais, ou seja, o chamado webjornalismo. Consideramos aqui o conceito utilizado por Canavillaque já no início da década 2000, compreendia que “nowebjornalismo, a notícia deve ser encarada como o princípio de algo e não como o fim em si própria, que deve funcionar apenas como o “tiro de partida” para uma discussão com os leitores” (2001, p. 3).

No webjornalismo, a leitura passa a ser feita de maneira linear e o texto, por consequência, se torna, por necessidade, mais objetivo. E tal qual “outras experiências informacionais” (PAIVA, 2013), esse tipo de jornalismo cria novas espacialidades e temporalidades liberando assim, novas leituras e interpretações do mundo. Engrenagem essa permeada por relações de poder, acirradas disputas e rivalidades.

Durante a evolução do webjornalismo, os veículos de comunicação reconheceram o poder e o valor dos novos produtores de conteúdo. O termo “jornalismo colaborativo” ganhou relevância com o surgimento de sites de notícias produzidas pela população comum. Esse tipo de produção foi adaptado com o surgimento das mídias sociais digitais, plataformas que permitem a publicação, divulgação e interação de conteúdo na internet. A partir do início dos anos 2000, essas mídias passaram a permitir, ainda mais, a participação da sociedade na produção de notícias. Agora, o consumidor da informação, que, antes, era passivo, passou a ter um papel de destaque, tanto em questões sobre o *feedback* que está sendo apresentado, quanto na própria produção desse conteúdo. (CAVALCANTI; ROCHA NETO, 2014, p.14)

E foi nesse cenário da produção jornalística cada dia mais povoada pelo fluxo de comunicação desencadeada nas redes e mídias sociais, que nasceu o interesse pelo tema proposto por este estudo. Mais precisamente em janeiro de 2011, quando o mundo assistia à onda de protestos e revoluções ocorridas no Oriente Médio e norte da África, iniciada em dezembro de 2010, na Tunísia. O que nos chamou atenção foi o fato das informações sobre os acontecimentos estarem sendo divulgadas através das redes sociais Facebook, Twitter na velocidade de um post ou tweet.

Um fluxo de informações que vinha dos próprios manifestantes, sem filtro ou interpretações jornalísticas. Tratava-se da ‘Primavera Árabe’, que entrou para história ao se configurar como, mais do que um evento, um período de transformações que alterou a própria política mundial.

Como dito antes, uma das características mais marcantes, que em nossa opinião mereceu um olhar mais aprofundado por parte da academia, foi exatamente o uso das redes sociais pelos manifestantes para articulação e empoderamento da mobilização. No total, entre países que passaram e que ainda estão passando por suas revoluções, somam-se à Tunísia: Líbia, Egito, Argélia, Iêmen, Marrocos, Bahrein, Síria, Jordânia e Omã. E em todos eles, tem-se registro do uso das redes sociais como forma de gritar ao mundo as reivindicações populares.

Um dos pontos altos do levante popular contra ditadores e em exigência de melhores condições de vida foi a queda do ditador Hosni Mubarak, símbolo de controle estatal, que após 30 anos como governante do Egito e mesmo fazendo uso de diversas estratégias para impedir que as revoltas se alastrassem e mais que isso, fossem vistas pelo mundo todo, teve que deixar o ‘trono’ às pressas. A maior parte das manifestações se deu na Praça Tahrir (ou Praça da Libertação, no Cairo, capital do Egito).

Ao passo que o governo empreendia duras formas de repreensão contra os manifestantes, inclusive com forte e truculenta repressão militar, o movimento ia ganhando fôlego e força através das redes sociais, bem como espaço e cobertura na mídia mundial. O assunto também esteve presente em sites e portais de notícias do oriente ao ocidente, no mundo inteiro.

Pressionado pela opinião pública mundial, Mubarak renunciou ao poder 18 dias após o início das manifestações. O ineditismo dos acontecimentos que se desenrolaram na África, considerando não apenas o contexto social dos manifestantes, mas, sobretudo das plataformas de comunicação utilizadas na ‘Primavera Árabe’, nos levou à curiosidade sobre outros exemplos da relação entre a imprensa e o fenômeno do ativismo digital. Interesse que desaguou geograficamente mais perto, e em pouco menos de seis meses depois, com o movimento #ForaMicarla.

Tão surpreendente, quanto instigante, foi pra nós assistir a história sendo construída através de plataformas nada tradicionais aquela época. Uma vez que já estávamos motivados pela curiosidade acionada pelos acontecimentos no Oriente, decidimos dar prosseguimento à observação dos acontecimentos, em um primeiro

momento como usuários das mídias sociais, e em seguida como pesquisadores no campo do jornalismo.

Sendo assim, esse trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro deles, contextualizamos a trajetória e motivação do fenômeno que dá vida a este estudo: o #ForaMicarla, criado em outubro de 2010, através do uso da hashtag na rede social Twitter. Tinha como principal objetivo pressionar a então prefeita de Natal, no Rio Grande do Norte, Micarla de Sousa a renunciar seu cargo no Governo. Tal qual a ‘Primavera Árabe’, o movimento foi articulado e amplamente divulgado através das redes sociais, mais especificamente pelo Twitter.

Dito isso, adiantamos que nossa proposta é observar, analisar e discutir a maneira pela qual os veículos de comunicação tradicionais trataram o conteúdo produzido pelos usuários das novas mídias e redes sociais na divulgação dos acontecimentos do protesto. Procuramos compreender e encontrar quais critérios foram utilizados pelos jornalistas da mídia tradicional para se pautarem tendo como fonte o conteúdo produzido pelos ativistas engajados no movimento #ForaMicarla.

O movimento foi convocado durante seis meses nas redes sociais e teve seu ponto alto nos 11 dias do mês de junho de 2011, quando manifestantes ocuparam a sede da Câmara de Vereadores de Natal e instalaram, significativamente, uma verdadeira cidade de lona. Eles exigiam a saída da gestora de seu cargo embasada em denúncias de que a mesma estaria envolvida em um esquema de corrupção na área da saúde municipal.

O segundo capítulo se centra na relação entre o jornalista e as redes sociais, estas enquanto fonte de conteúdo na agenda da imprensa tradicional. Vale ressaltar que o veículo a que essa pesquisa se debruça trata-se de um portal de notícias, portanto, uma plataforma também criada a partir das novas tecnologias de comunicação, a exemplo das redes sociais.

A pergunta que fazemos é de que maneira os 11 dias da ocupação na Câmara Municipal de Natal foram noticiados pelo Portal Tribuna do Norte. O veículo começou a funcionar em 2008 e a escolha do recorte se deve ao fato do site ser líder de acessos segundo o *Google Analytics*, além de pertencer a um dos grupos de comunicação mais antigos da capital potiguar: o grupo Tribuna do Norte em 1960. Um paradoxo se mostra interessante por se tratar de um veículo tão novo e tão velho ao mesmo tempo.

Achamos importante ainda registrar de forma breve, a cobertura do assunto em alguns outros espaços midiáticos. Como por exemplo, o artigo de Rudson Pinheiro para o site Brasil de Fato quando ele fala sobre o #ForaMicarla descrevendo a maneira como a população estava organizada, “os manifestantes concentraram suas ações em decisões coletivas, na ausência de lideranças, e em uma ideia fixa: a defesa da cidade”.

Tudo era decidido em assembleia e havia comunicação direta com a população através das redes sociais. “Comissões foram montadas: segurança, alimentação, limpeza, entretenimento e outras”. O movimento também foi tema de reportagens. Em uma delas, a jornalista Margareth Grilo registrou que os militantes do Coletivo Fora Micarla usaram a existência virtual não apenas para manifestar e potencializar suas insatisfações, mas para mobilizar e fazer o movimento transbordar para as ruas.

A mobilização também estampou as manchetes da revista *Carta Capital*, que trouxe uma reportagem tratando o assunto como ciberativismo. A matéria assinada por Cynara Menezes e intitulada *de #ForaMicarla acua a prefeita – Do Twitter emergiu um dos mais fortes protestos contra um governo*, analisa as manifestações na rua e o acampamento no pátio da Câmara de Vereadores de Natal como o mais bem-sucedido caso de ativismo on-line no País.

“As redes sociais deram aos movimentos uma maior capilaridade, um poder de aglutinação sem precedentes, uma força mobilizadora potente e um nível de liberdade que escapa ao controle de qualquer um”, observou o sociólogo José Antônio Spinelli durante entrevista à repórter Margareth Grilo, em junho de 2011.

Posto isso, o objetivo principal deste estudo é contribuir para a melhor compreensão de se o modelo clássico do jornalismo conseguiria dar conta desse novo cenário, desse novo modelo permeado pelas tecnologias de comunicação colaborativa, uma vez que através de ferramentas como as mídias sociais, o cidadão tem acesso a inúmeras possibilidades. Não está mais preso ao “silêncio da recepção ou do espaço alargado das grandes audiências. Ele é ativo, lê, vê, comenta, recolhe informação própria e partilha aquela que lhe parece relevante”(CANAVILHAS, 2015). Para tanto, pretendemos analisar a prática jornalística na era da informação digital, com a participação desses interatores, conceito esse trabalhado também por Canavilhas.

Observando ainda quais vozes foram ouvidas durante o processo de edição e publicação do material produzido pelos manifestantes do movimento #ForaMicarla nas redes sociais, especificamente no Twitter. Fazendo referência ao aspecto social do fenômeno, é interesse trazer nesse momento a observação feita por Castells (2013) de que como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede (conceito que será explicado em um capítulo mais adiante), a autonomia da comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio.

As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida. Aspecto esse fundamental para nossa tentativa de compreensão dos critérios utilizados pelos jornalistas dos veículos de comunicação para difundir o movimento social sobre o qual esse estudo se debruça.

Nos últimos anos, como é sabido, o jornalismo evoluiu graças à tecnologia e a comunicação mudou radicalmente devido à possibilidade de ruptura com os meios tradicionais de comunicação de massa. Hoje, qualquer um, munido de um aparato tecnológico, pode converter-se em um jornalista cidadão. Essa mudança nos papéis da produção de conteúdo já foi e continua sendo amplamente sendo tema de interesse para a academia, mas o que nos instiga compreender o fazer jornalístico diante destas mudanças.

Assim como o jornalismo, a comunicação se transformou e se transforma a cada dia. Ainda sobre o sistema de filtragem jornalística, Lemos (2006) acredita que deve-se reconhecer, a internet amplia a circulação da palavra, oferece ao cidadão uma ampliação da esfera pública midiática que estava restrita ao poder das grandes corporações midiáticas. “Hoje graças às redes, são os próprios atores, as pessoas, as empresas (incluindo as de jornalismo) [...] os movimentos, os partidos, as associações, os agrupamentos, as comunidades virtuais que decidem o que elas vão publicar na web (p.89).

Paiva (2013) alerta que em termos pragmáticos e operacionais os profissionais de mídia têm muito o que aprender com as inovações tecnológicas aplicadas ao trabalho jornalístico, mas não podem perder de vista a necessidade da investigação elaborada, paciente e interpretativa das notícias. Estamos convencidos de que não há como observar os processos sociais - como o é o caso do movimento #ForaMicarla - sem compreender como eles são diretamente influenciados pelo uso das novas mídias.

Neste sentido, nossa tentativa é compreender os impactos das novas tecnologias na cultura e na comunicação contemporâneas, dirigindo nosso olhar, como orienta Lemos (2004) para a sociedade enquanto um processo.

O terceiro - e último capítulo - aborda o processo de midiaticização, considerando que essa afeta e modifica a sociedade contemporânea, com base em um quadro de heterogeneidades (FAUSTO NETO, 2006; SODRÉ, 2002). A nossa intenção final é verificar como as narrativas feitas através das novas mídias ocupam espaço, ou não, na mídia tradicional.

Discutindo de que maneira o jornalismo pode se utilizar dessa produção de conteúdo colaborativo e como isso pode contribuir para o novo cenário do fazer jornalístico, a partir da experiência no Rio Grande do Norte. Mergulhando numa reflexão sobre a relação retroalimentada de amor e ódio entre jornalistas e usuários das redes sociais.

CAPÍTULO 1

1.1 O #ForaMicarla

*“O ‘post’ é a voz que vos libertará.”
(Teatro Mágico, 2011)*

Cidadãos insatisfeitos com seus respectivos governos não é algo inédito na história da civilização. Porém, a maneira como esses demonstram seu descontentamento e reivindicam mudanças tem passado por grandes transformações que colocam em xeque o cenário político mundial nas últimas décadas questionados pelas novas maneiras de organização coletiva.

O desenvolvimento dos meios de comunicação através das tecnologias desencadeou novas formas de interação e relacionamentos sociais, como considera Thompson (2009) em sua teoria social da mídia. As novas formas de interação se estendem no espaço e oferecem várias características que as diferenciam das interações face a face. Permitindo ações à distância de indivíduos uns para com os outros, mesmo que estes estejam dispersos no espaço e no tempo.

“O surgimento de novas tecnologias sustenta um impulso democrático para permitir que mais pessoas criem e circulem na mídia” (JENKIS, 2009, p.341). A vida em sociedade mudou por causa da tecnologia, com ela podemos produzir e participar; a comunicação está em tudo que fazemos. Uma prática social que promove o engajamento, uma vez que as pessoas estão munidas da possibilidade de colocar seus pensamentos na rede e ter acesso a ideias, opiniões, posicionamentos de outras pessoas, sejam eles semelhantes ou diferentes, o que potencializa também o avanço da democracia.

A pesquisa *Quebrando Mitos: Juventude, Participação e Políticas*, primeira a abordar o tema engajamento político na internet no Brasil, divulgada em 2008, três anos antes dos acontecimentos que são o objeto desta pesquisa, detectou a insatisfação dos jovens com a estrutura partidária até mesmo entre militantes de partidos.

Sendo o apartidarismo, uma das marcas das novas maneiras de organização dos movimentos sociais, uma tendência que brota da desconfiança e frustração com os meios de comunicação tradicionais de representação política. Tendência que pode ser explicada por inúmeros fatores políticos, históricos e sociais. O levantamento concluiu que as mobilizações na rua não ocorreram dia para noite, e que ao contrário, os sinais já começaram a ser emitidos muito antes desta década. Reunindo algumas dessas características e dentro deste novo contexto de participação política, nasceu o movimento #ForaMicarla. Uma mobilização que tinha como plataforma virtual a rede social *Twitter* e que ganhou as ruas de Natal, capital do Rio Grande do Norte reivindicando uma mudança na administração municipal, precisamente a saída da prefeita Micarla Sousa. Era junho de 2011, quando uma parte dos cidadãos natalenses decidiu se auto organizar contra a gestão da prefeita, Micarla de Souza (PV), devido às denúncias de superfaturamentos de aluguéis realizados, compras fraudulentas sem licitação, salários atrasados e serviços públicos considerados ineficientes pela maioria da população. No primeiro dia daquele mês, as redes sociais passaram a ter status de protagonista no movimento que se desenvolveu de forma horizontal.

Cerca de duas mil pessoas caminharam até o estádio de futebol da cidade, na época denominado João Machado, o ‘Machadão’, que foi demolido e substituído pela Arena das Dunas, para a Copa de 2014 em uma mobilização que pode ser vista como o segundo ato da ação coletiva que tomaria outros rumos e muitos mais dias no calendário da agenda do povo natalense, desde aqueles que apenas assistiam até aqueles que participaram ativamente, seja através da internet ou in loco às manifestações.

Pouco mais de uma semana depois, terça-feira, às 9h da manhã, começou o terceiro ato de protesto, quando cerca de 200 manifestantes saíram da Praça Cívica, debaixo de chuva, e marcharam pelo centro da cidade até à Prefeitura gritando palavras de ordem como “Estudo, trabalho, dou duro o dia inteiro. Micarla anda de carro e ainda rouba o meu dinheiro” e “O povo está nas ruas, Micarla a culpa é sua!”.

Os manifestantes faziam alusão ao aumento da passagem de ônibus coletivo e denunciavam com tom de indignação os privilégios da prefeita em detrimento da situação econômica social da população, que tinha que arcar com um reajuste mesmo diante das dificuldades que enfrentavam no seu cotidiano.

A trajetória do protesto pelas ruas de Natal foi narrada por internautas no *twitter*, a maior parte em postagens de apoio ao protesto, apesar dos transtornos provocados no trânsito devido à multidão na rua. Muitos aproveitaram para mobilizar seus seguidores, informando o local e o horário do primeiro dia da manifestação. Convocações espontâneas que começaram em 31 de maio de 2011, dia anterior ao protesto que culminou nos 11 dias de ocupação na Câmara de Natal, acontecimento que centra esta pesquisa.

Figura 1 –Usuários usam o Twitter para convocação ao protesto

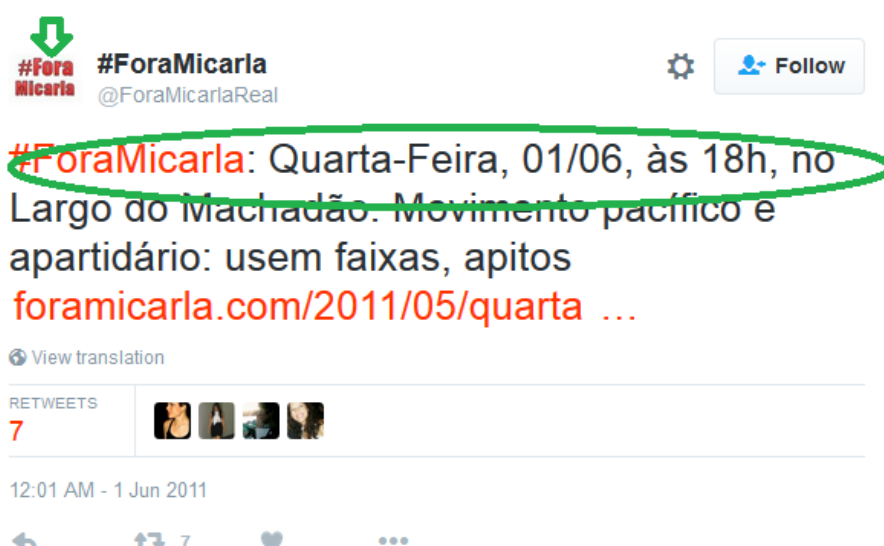


Figura 2 – A ciberativista @tamcanedo usa o perfil para apoiar a manifestação



Figura 3 - O tweet de @russo_natal reforça a ideia de participação ao movimento

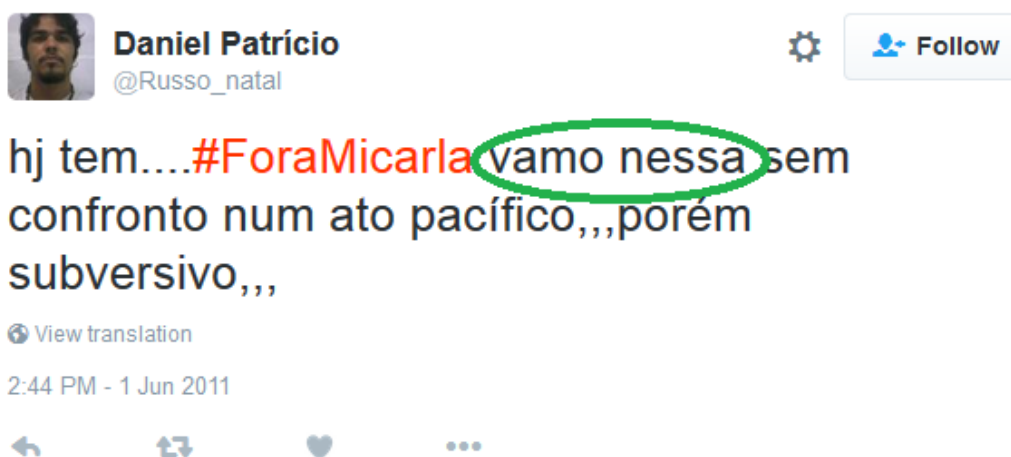


Figura 4 – Manifestantes gritam palavras de protesto e carregam faixas com o pedido que dá nome ao movimento



Crédito da imagem: Nísia Digital

Em sua trajetória de indignação coletiva, a multidão chegou à Prefeitura. Lá encontraram, como em todos os atos anteriores, a porta fortemente protegida pela Guarda Municipal, num claro exemplo de uso da repressão policial a serviço da manutenção da ordem. Uma ordem que só sustenta e conforta os detentores do poder, visto que o caos provocado por uma revolta popular é uma ameaça para a perpetuação de práticas que mesmo assinadas com a rubrica do governo instaurado são contrários aos interesses do povo ou ainda manobras ilegais para captação de recursos públicos desviados de seu curso inicial que deveriam custear benefícios que primem pela coletividade. Os manifestantes concentraram-se na frente do prédio e continuaram com as palavras de ordem. Fizeram também uma bela ciranda que reforçava a ideia de união que guiava os manifestantes, e entoavam o refrão “Boi, boi, boi, boi da cara preta, livra essa cidade da Prefeita Borboleta”.

De lá, seguiram para o destino que já o esperava e que seria o símbolo maior do #ForaMicarla, a Câmara de Vereadores de Natal. Com a entrada livre, os manifestantes subiram para o plenário da Câmara, onde lotaram o pequeno espaço dedicado à “população”. Assim como milhares de outros cidadãos natalenses, a maioria daquelas pessoas nunca havia estado ali, um ineditismo que deixa claro a falta de representatividade por parte das casas legislativas brasileiras, que deveriam ser o lugar onde os legítimos interesses populares deveriam ter vez e voz. Mais de 100 pessoas entraram no pequeno espaço destinado a no máximo 50 pessoas e outra centena ficou do lado de fora, todos gritando palavras de ordem que paralisaram o andamento da audiência pública que acontecia.

O barulho deles silenciou qualquer tentativa dos vereadores de postergarem a votação de um processo que tinha como principal objetivo afastar a prefeita Micarla Sousa da administração da capital Potiguar. Contrariados e visivelmente incomodados com a mobilização, os parlamentares não se dignaram a dirigir a palavra aos manifestantes. Vencidos pela pressão popular, após 20 ou 30 minutos, esvaziaram o plenário. Foi então que começou a nascer um dos mais importantes movimentos sociais da história da democracia brasileira, principalmente por seu ineditismo. Depois da debandada dos vereadores, os manifestantes decidiram, em assembleia realizada no pátio da Câmara Municipal, ocupar a Casa e não sair até que os vereadores dessem prosseguimento à Comissão Especial de Investigação (CEI), dedicada a investigar os atos de improbidade administrativa, desvio de dinheiro público e aluguéis e compras superfaturadas por parte da Prefeitura. Na terça-feira por volta das 11 da manhã, os manifestantes decidem ocupar a Câmara Municipal de Natal, trazendo barracas e outros utensílios. Assim, teve início o acampamento de ocupação, intitulado “Primavera Sem Borboleta”, em alusão ao símbolo utilizado pela prefeita durante sua campanha eleitoral em 2007. A ocupação do prédio foi o estopim de um contínuo processo de desgaste da imagem de Micarla na capital potiguar, ao mesmo tempo em que foi o caminho encontrado para pressionar os vereadores na tentativa de que eles passassem realmente a defender os interesses do povo que os elegeu. Os incontáveis buracos e a sujeira nas ruas e calçadas, bem como o atendimento precário no sistema municipal de saúde eram algumas das principais queixas dos muitos natalenses declaradamente arrependidos da prefeita a quem destinaram a maioria dos votos.

1.2 Desconstrução da imagem de Mícarla Sousa

O Município de Natal está inserido no litoral oriental, leste do Estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil e possui o título de capital do Estado. Segundo as informações obtidas com os dados informativos da Prefeitura de Natal (2010, p.19), na época de desencadeamento do #ForaMícarla, a capital possuía cerca de 806.203 habitantes, sendo 53,01% mulheres e 46,99% homens, com faixa etária, na maioria dos casos, entre vinte e vinte nove anos, divididos entre as quatro regiões administrativas, correspondendo a 307.968 habitantes na Região Norte, 163.385 habitantes na Região Sul, 119.259 habitantes na Região Leste, e, por fim, 215.580 habitantes na Região Oeste. Em junho de 2011, o Rio Grande do Norte era governado por Rosalba Ciarlini, do partido Democratas. Eleita em outubro de 2010 pela Coligação ‘Força da União e Por um RN melhor’, uma coalisão formada pelas legendas PMDB / PSL / PTN / PSC / PR / DEM / PMN / PV / PSDB. Para tentar compreender se houve alguma intenção de silenciar na mídia o movimento Fora Mícarla, é no mínimo intrigante saber que o portal Tribuna do Norte tem como dono o ex-deputado pelo PMDB e ex-presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves. A empresa é ligada ao projeto político da família Alves, que no Rio Grande do Norte está ligada ao PMDB.

Para contemplar o cenário completo, é preciso compreender como Mícarla Sousa surgiu politicamente. Ela começou sua vida pública na TV Ponta Negra, já que era filha do proprietário da empresa, o ex-senador Carlos Alberto de Sousa. Em 1986, foi aprovada no vestibular do curso de jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, graduação que concluiu em 1990. A partir daí, passou a atuar na área jornalística, como repórter, produtora e editora dos programas da TV Ponta Negra. Em 1995, aos 25 anos, assumiu a superintendência do Sistema Ponta Negra de Comunicação. Uma empresa formada pela TV Ponta Negra, Rádio 95 FM e uma produtora de vídeo, a Imagem Produções. Com a morte do pai, fundador da TV em dezembro de 1998, assumiu as funções dele no grupo de comunicação.

Seu curriculum disponibilizado na *Wikipédia* demonstra o quanto sua trajetória no jornalismo foi rápida e crescente, uma velocidade facilmente compreendida e justificada pelo fato dela ser a dona do veículo em que trabalhava. Aparentando fazer um jornalismo com um discurso de proximidade com o público de quem afirmava conhecer os problemas, Micarla com seu programa de tv de perfil popular, asfaltou o caminho para a prefeitura de Natal. Uma coisa é certa, a jornalista soube fazer uso do espaço que tinha na televisão para moldar sua imagem e cativar seu público, que anos depois se transformaria em seus eleitores e posteriormente, em seus principais críticos. Enquanto jornalista e produtora de informação. Micarla se sobrepôs às duas contradições da informação midiática e soube utilizar a fórmula de gozar da maior credibilidade com o maior número de possível de receptores.

Soube fazer do jogo de manipulação do poder político e a construção da agenda midiática, naquela época já com pretensões de fazer carreira na política, Micarla venceu a guerra simbólica que tem como alvo principal influenciar a opinião pública, soube percorrer o caminho da encenação da informação para produzir efeitos de dramatização para captar os telespectadores que por fim, tornaram-se seus eleitores. Num exemplo clássico do uso da mídia para construção da sua própria reputação, reproduziu a prática de quando a informação que nos é fornecida tem na sua origem, muitas vezes, outras motivações que não a responsabilidade social da informação. Não sem razão, a maioria dos nossos políticos são possuidores dos canais de televisão, jornais, emissoras de rádio, controladores e acionistas de grandes empresas de comunicação, em suma, são os controladores capitalistas dos meios de informação. No Brasil, sempre os meios de comunicação foram atrelados a um grupo político, para graça de uns e desgraça de outros. A construção da imagem positiva dos seus donos e a desconstrução e desqualificação do opositor é um jogo diário que perpassa décadas. Seja na época do Estado Novo, no período do Regime Militar, e agora presentemente de uma supostadocracia, os meios de comunicação desde sempre foram utilizados para manobrar a opinião pública, massificar o povo em defesa dos interesses de quem lhe remunerava. Em Natal, cenário onde se deu o fenômeno que nos debruçamos a compreender, não foi diferente. O grupo de comunicação do qual o portal Tribuna do Norte faz parte é uma das propriedades da família Alves, uma das grandes e tradicionais oligarquias do Rio Grande do Norte. Vivemos em tempos onde a produção da informação tradicionalmente produzida por uns e consumida por outros, está sob a aura de um novo

paradigma é produzida por todos e consumida por todos. Conteúdos fluindo de vários canais e assumindo formas distintas. Tudo isso, dentro de uma cultura participativa que situa a posição de produtor de conteúdo dos sujeitos, pois se as velhas mídias são direcionadas de um para todos; as novas mídias são de todos para todos, dependendo da participação ativa dos sujeitos (ARAÚJO, 2014). Mesmo diante de todo esse protagonismo por parte do público consumidor de informação, será que a grande imprensa formada pelas grandes empresas e conglomerados de comunicação soltou suas amarras do poder político ou continuar sendo uma das peças principais no xadrez da manipulação midiática? Hoje, a mídia, ainda, encontra-se concentrada nas mãos de poucos grupos, não permitindo o acesso de minorias a estes canais e manipulando informações. O maior exemplo que temos é a concentração da mídia brasileira nas mãos de apenas cinco famílias (Globo, SBT, Record, Band e Rede TV!).

1.3 O #ForaMicarla e o twitter

O primeiro registro do movimento ForaMicarla no Twitter com o uso da #hashtag que leva o mesmo nome, foi em outubro de 2010. Ano em que, segundo o relatório da consultoria somScore divulgado naquele mês, o Brasil tinha o maior número de usuários na plataforma. Em agosto, 23% dos internautas brasileiros acima de 15 anos – quase 9 milhões de pessoas – fizeram uso do serviço de microblog. O microblogging foi criado em agosto de 2006 e tem como característica principal a postagem de textos com até 140 caracteres.

Nascido em São Francisco, nos EUA seus criadores não poderiam imaginar o quanto ele poderia contribuir para construção da história política brasileira, ao ser plataforma escolhida pelos manifestantes para construírem juntos o primeiro caso de ativismo digital brasileiro: o #ForaMicarla. Alguns autores consideram o Twitter como a verdadeira ágora digital global, por onde se asfaltam conhecimentos, entretenimento, política. Santaella e Lemos (2010) são entusiastas do potencial que a rede social possui ao permitir uma maior possibilidade de se buscar cidadania, através da participação de discussões em rede e compartilhamento de valores sociais em grande escala.

O Twitter funcionou para nós como um mirante privilegiado para pensar questões teóricas críticas e práticas que as redes digitais estão trazendo. O jornalista Marcelo Tas em entrevista ao *Estadão Online* em 2011, afirmou “O Twitter já

revolucionou a comunicação”. O uso da plataforma desde sua criação esteve ligado a possibilidade de posicionamentos políticos e sociais, uma utilização que vai ao encontro do objetivo de seus idealizadores. A ideia inicial era que o Twitter fosse uma espécie de ‘SMS da internet’ com a limitação de caracteres de uma mensagem de celular. Inicialmente chamada *Twtr*(sem vogais), o nome da rede social, em inglês, significa gorjear.

A ideia é que o usuário da rede social está "piando" pela internet. Desde sua criação, o Twitter ganhou extensa notabilidade e popularidade por todo mundo. Apesar de ser uma rede social, o Twitter tem como uma característica que o habilita como ferramenta de mobilização, ao permitir que todos possam criar, essencialmente, o seu próprio jornal ou noticiário, e fazê-lo instantaneamente. A mídia social e microblogging mudou a comunicação política profundamente. Mensagens políticas são utilizadas e controladas por um punhado de "gatekeepers" (conceito que vamos explicar mais à frente) poderosos. Políticos usam a rede social para se aproximar do seu eleitorado e, assim, expor e conhecer as ideias. Agora os mensageiros e, conseqüentemente, as mensagens, são mais difusas e diversificadas.

O primeiro registro do uso deste tipo de uso aconteceu em março de 2009, o Twitter foi uma das principais ferramentas de divulgação do *PillowFight Day*¹ - uma guerra pública de travesseiros acontecida em várias cidades do mundo. Aqui no Brasil, mais de 30 cidades participaram. Recuperamos alguns dos momentos mais importantes da história da rede social no ano de 2011, ano de acontecimentos do #ForaMicarla. Em janeiro, o movimento pró-democracia Primavera Árabe no Egito foi revelado no Twitter. No mês de março, o Twitter compartilhou os números marcantes de seu quinto aniversário, incluindo 1 bilhão de Tweets enviados por semana. Maio foi quando o Twitter adquiriu o TweetDeck. Em junho, o Twitter associa-se à Apple para integrar o Twitter ao iOS 5. Setembro, o Twitter anuncia 100 milhões de usuários ativos por mês no mundo todo. Em outubro, a plataforma passou a disponibilizar os tweets promovidos em históricos para todos os usuários do Twitter.com. Se faz mister, ao analisar o Twitter, explicar que a hashtag “#” trata-se do símbolo de uma palavra ou frase e é condição tecnológica da plataforma de relacionamento da respectiva rede social objeto deste estudo.

A tecnologia utilizada pelos cibernautas como forma de marcar assuntos e temáticas em comum, por isso também é usada de forma sistemática como uma nova arma de protesto e ativismo online. É por meio desse recurso que os cibernautas criam

classificações e movimentos sociais e marcam a identidade de um grupo. Enquanto prática cultural e até mesmo de cultura política, a hashtag pode ser compreendida como que emergente das interações cotidianas dos cibernautas e deles com a tecnologia da plataforma Twitter.

Constatamos que foi este um dos aspectos que fortaleceu o movimento #ForaMicarla, através do reconhecimento entre os manifestantes, e simpatizantes, que se viam e identificavam sedentos das mesmas reivindicações. Isso porque no primeiro momento, eles tinham a internet como a única possibilidade de expressão de suas insatisfações, bem como enxergaram que ali poderiam interagir com as pessoas por meio dessa relação direta, sem a copresença física que a tecnologia digital traz para a vida cotidiana. Porém, eles também identificavam que uma relação de poder instaurada durante anos pelas mídias tradicionais, principalmente pelas emissoras de televisão, não poderia ser negada.

Figura 9- Postagem de @Jeh_Barros sobre ter visto uma importância política e social da mobilização, postagem feita em 22 de junho de 2011. A hashtag fica em vermelho



Figura 10 - Em seu perfil, @eliezerzeh chama a atenção para o poder de mobilização política que enxergava no protesto, bem como em todo o movimento

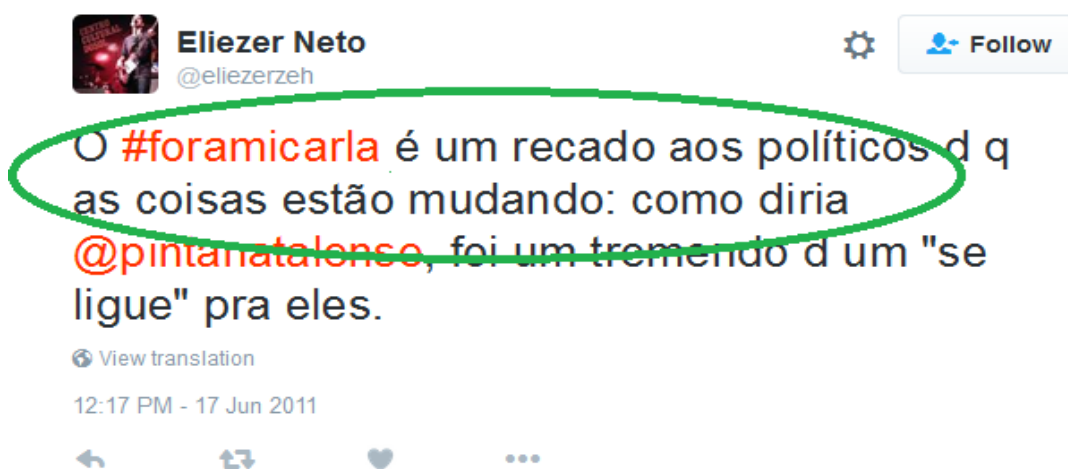
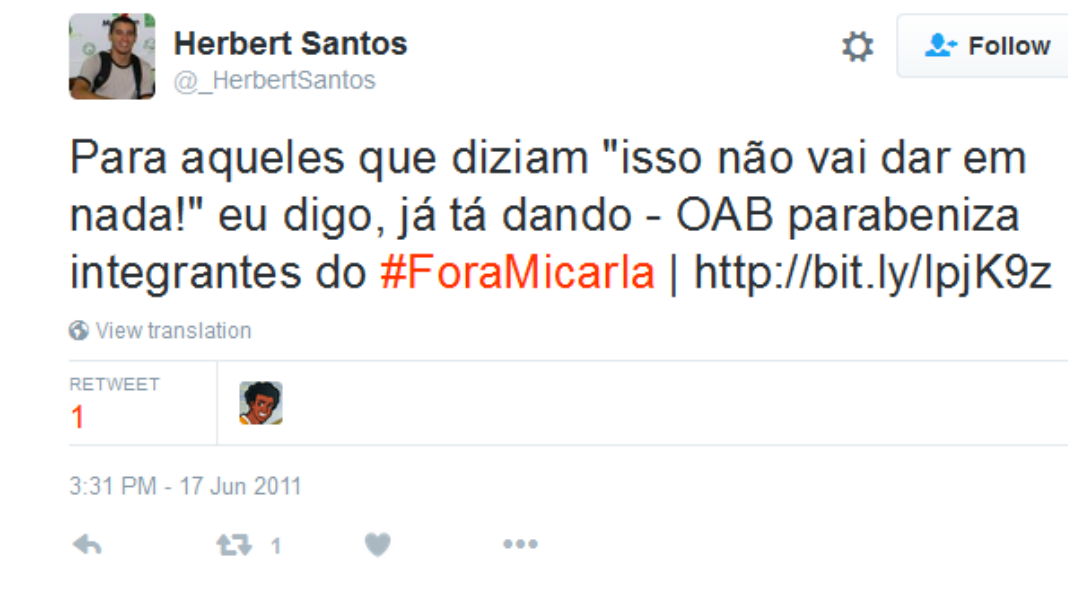


Figura 11– O cibernauta @_HerbertSantos deixa claro sua crença nos resultados da manifestação ao ser reconhecida pela Ordem dos Advogados do Brasil.



Até aqui podemos concluir que o movimento #ForaMicarla, primeiro caso de ativismo digital no Brasil, continua pulsando nas veias daqueles que encontram nas redes sociais o fôlego e o instrumento para bradarem suas revoltas ou indignações. Durante as manifestações de 2013, vários cibernautas usaram a respectiva #hashtag em publicações que reforçavam o vanguardismo da mobilização promovida em Natal.

Hoje, ela dá nome a um perfil no *Facebook*, onde os administradores da página fazem uma espécie de acompanhamento de pautas políticas na cidade de Natal. Mas a #ForaMicarla foi além e virou símbolo de ativismo digital, usada quando um usuário quer compartilhar sua simpatia ou adesão, mesmo que apenas ideologicamente, a qualquer mobilização. Assim que uma hashtag é criada, nasce com ela um novo movimento social e ela passa a ser utilizada como um sistema simbólico que busca exercer poder por meio da concordância entre os sujeitos, o que acaba conformando um campo de luta com aqueles que são postos como contrários a esses desejos em comum (Silva, 2012, p. 46). Nesta direção, Bordieu (APUD Silva, 2012) aponta que

Os sistemas simbólicos como instrumento de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e em particular, o mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências.

Lançando o nosso olhar sobre o aspecto do uso da hashtag dentro do contexto da ciberdemocracia, consideramos tratar-se do que Lemos (2010) chama de uma nova forma de relação social que coloca as pessoas em contato, coletiviza ideias e pensamentos, faz circular a palavra e cria uma esfera política (p.104). Foi isso que aconteceu durante as grandes mobilizações de junho de 2013 promovidas em diversas cidades e estados brasileiros em protestos coletivos contra a corrupção.

Mesmo quando as pautas eram outras, ou melhor não se restringiam apenas ao sentido literal da hashtag #ForaMicarla, ao visto que quem foi para a rua não pedia apenas a saída da prefeita Micarla Sousa, ela continua sendo um ícone de expressão política contra o *status quo* de um governo, seja ele municipal, estadual ou nacional.

“No ciberespaço, as proximidades não desaparecem, elas são redefinidas como importante de proximidades semânticas, ao mesmo título que a língua, a disciplina, a orientação política” (Lemos, 2010, p. 105). Os cidadãos, usuários, estão cada vez mais empoderados e mais vigilantes munidos de tecnologias móveis que exigem dos detentores do poder muito mais transparência.

Esta circunstância contribuiu para a formação ética, e para a elevação da qualidade de vida social e política. A corrupção teme a transparência e a visibilidade, pois trabalha em segredo. Suas estratégias estão fadadas ao fracasso, na era das redes e telas globais. Ficou mais difícil roubar depois das microcâmeras fotográficas, canetas espias, celulares e mp3 com gravadores de som e laptops, conectados às editorias da imprensa e dos telejornais. Tudo isso conectado provoca uma viralização perigosa, que pode fazer um estrago” (PAIVA, 2013, p. 176)

A prefeita realmente deixou o cargo, pouco mais de um ano depois do auge do movimento e meses antes dos protestos registrados em 2013. Mais precisamente no dia 12 de outubro de 2012, em cumprimento da determinação do desembargador Amaury Moura Sobrinho, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

A decisão atendeu pedido do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Norte que denunciou a gestora por suspeita de fraudes na gestão municipal da Saúde. O desejo que mobilizou e uniu centenas de manifestantes que organizadas enquanto uma comunidade tinha uma motivação em comum: tirar Micarla de Sousa do comando do Poder Executivo de Natal, se tornou realidade.

Um oficial de Justiça entregou a notificação da suspensão do cargo às 15h45m, na casa da prefeita, no bairro de Candelária, onde ela se encontrava reunida com assessores. Micarla, por meio de nota, afirmou que responderá à acusação do MP e que não lhe foi dado “o amplo e legítimo direito de defesa e do contraditório”. “A prefeita avisa que exercerá, na plenitude, o direito de defesa assegurado constitucionalmente e provará que não cometeu qualquer ato que desabone a sua conduta e macule a sua honra. Todos os pontos da peça acusatória a que somente teve acesso no final da tarde de hoje (ontem), horas depois do seu afastamento, serão respondidos e devidamente esclarecidos. (Bruno Góes e Paulo Francisco em matéria especial para O Globo).

Em artigo divulgado na Carta Capital, dia do afastamento de Micarla, o cientista político, Daniel Menezes, afirmou que “Quando as pessoas se organizam e lutam por aquilo que querem, questionam, acompanham, reivindicam, conseguem atingir os seus objetivos. O dia de hoje é a expressão da vitória de movimentos sociais, em especial, do #ForaMicarla. (CARTA POTIGUAR, 12 de outubro de 2012) .

O desfecho do acampamento se deu em 17 de junho daquele ano, exatamente 11 dias após o início da ocupação. O Tribuna do Norte trouxe, naquele dia, duas matérias sobre o assunto. Por volta do meio dia, a primeira manchete trazia que “#ForaMicarla apresenta exigências para desocupar a Câmara”. É interessante notar que o portal faz uso da hashtag como uma espécie de sinônimo para a palavra manifestantes.

Ou seja, há uma substituição do termo que seria mais comum pelo uso da hashtag como uma maneira de traduzir a ideia do movimento em si, seriam eles e o movimento uma coisa só. Um aspecto que podemos pontuar como um exemplo do uso e uma nova forma de linguagem inserida no novo cenário de sociabilidade que estamos inseridos.

Pouco mais de meia hora depois, outra matéria relatava a decisão dos ativistas em desfazer o acampamento. O título dizia que “Manifestantes iniciam desmonte do acampamento na Câmara Municipal”. O texto completo pode ser visto em uma das figuras abaixo:

Figura 12 – Manchete do Tribuna do Norte sobre as negociações para saída da Câmara

The image shows a screenshot of a news article from Tribuna do Norte. The headline is "#ForaMicarla apresenta exigências para desocupar a Câmara" in green text. Below the headline, it says "Publicação: 2011-06-17 12:26:00 | Comentários: 0". There are social media sharing icons for Twitter (10), Facebook (5), Google+, Email, and Print (A+, A-). The main text of the article reads: "O movimento #ForaMicarla apresentou uma série de 'exigências' - chamada por eles como proposta complementar - para desocupar a Câmara Municipal na tarde desta sexta-feira (17). A principal delas é a criação da Comissão Especial de Inquérito para analisar os contratos de locação de bens e serviços da Prefeitura de Natal. Essa CEI deve ter cinco membros, mas com uma mudança em relação ao grupo passado." Below this is a "saiba mais" section with two bullet points: "Manifestantes devem desocupar prédio da CMN até as 15h" and "Procuradoria cogita acionar STF para desocupação da CMN". To the right of this section, there is a text block: "Um item da proposta complementar diz que 'nenhum membro indicado para a CEI seja ou tenha sido sócio de empresa que tem contrato firmado com a Prefeitura'. Esse ponto, caso acatado pela presidência da Câmara, exclui o vereador Albert Dickson da CEI."

Crédito: Twitter

Figura 13 – Manchete do Tribuna do Norte divulgada logo após a decisão dos ativistas de desmontagem do acampamento

The image shows a news article snippet. At the top, there are social media icons for Twitter, Facebook, and Google+. The main headline is "Manifestantes iniciam desmonte do acampamento na Câmara Municipal" in green. Below it, the publication date is "2011-06-17 13:08:00" and there are "0" comments. The text of the article describes the scene at the legislative building, mentioning the presence of the OAB and several council members who ratified an agreement. A list of names is provided: Júlio Protásio, Júlia Arruda, Raniere Barbosa, Sargento Regina, Luiz Carlos, Assis Oliveira, Franklin Capistrano, and Adão Eridan. To the right, a separate text block states that a public hearing will be held today at 15h, and that the protesters have 10 days to clear the area. It also mentions a planned protest with the national anthem and a drum circle.

Manifestantes iniciam desmonte do acampamento na Câmara Municipal

Publicação: 2011-06-17 13:08:00 | Comentários: 0

Desfazer barracas, empacotar roupas nas mochilas, lavar o pátio da Câmara dos Vereadores. Esse é o atual cenário no pátio da Casa Legislativa, após a assinatura do acordo que possibilitou a desocupação do prédio público. Com a presença da presidência da OAB e sob os olhares dos membros do Coletivo #ForaMicarla, oito vereadores ratificaram o acordo iniciado ontem: Júlio Protásio, Júlia Arruda, Raniere Barbosa, Sargento Regina, Luiz Carlos, Assis Oliveira, Franklin Capistrano e Adão Eridan.

Uma audiência pública será realizada ainda hoje, às 15h, prazo máximo para que o acampamento que por 10 dias ocupou o pátio da Câmara seja desfeito. Antes do desfecho, festa dos manifestantes, com direito a hino nacional cantado em ritmo de batucada, frases de ordem e ciranda.

saiba mais

- Manifestantes devem desocupar prédio da CMN até as 15h
- Procuradoria cogita acionar STF para desocupação da CMN

Crédito: Tribuna do Norte.

1.4 Carreira política

Em setembro de 2004, Micarla lançou sua candidatura à prefeitura de Natal, aproveitando sua forte exposição em seu canal de televisão, citado logo acima. Devido à gravidez do segundo filho e às tendências das pesquisas da época, Micarla optou por aceitar o convite da então governadora Wilma de Faria para compor como vice-prefeita a chapa pela reeleição de Carlos Eduardo Alves. Em 30 de outubro do mesmo ano, com 193 mil votos, Carlos Eduardo foi reeleito, e Micarla tornou-se vice-prefeita de Natal.

Renunciou ao cargo em 2006 após romper politicamente com Carlos Eduardo e no mesmo ano, Micarla se candidatou a deputada estadual. Foi a sétima candidata mais votada, com 43.936 votos, tendo sido a segunda colocada em seu partido (PV). Disputou a prefeitura de Natal em 2008, sendo eleita em 5 de outubro de 2008, no primeiro turno com 50,84% dos votos, o equivalente a 193.195 votos.

Dois anos depois de assumir a chefia do Executivo, em novembro de 2010, uma pesquisa do portal Nominuto em parceria com a Consult mostrou que 77,6% dos participantes da pesquisa desaprovam o governo da prefeita Micarla de Sousa. Apenas 13,3% das pessoas que participaram da pesquisa aprovam a gestão. Outros 9,1% não tem opinião formada. Em março de 2011, mais uma pesquisa realizada pelo jornal Tribuna do Norte com o instituto Consult mostra a avaliação da gestão municipal. Desta vez, 84,5% das pessoas consultadas desaprovam a gestão. Foi nesse cenário de quase total desaprovação, que as manifestantes ganharam fôlego, ocuparam timelines e foram às ruas.

Em abril de 2013, quase dois anos depois do movimento que exigiu sua saída, Micarla Sousa anunciou que estava deixando a vida pública. “Minha trajetória política está encerrada”, afirmava a ex-prefeita em matéria divulgada pelo portal G1, durante convenção do PV, em Natal. Em seu discurso de despedida, a jornalista desabafou que se arrependia de ter iniciado uma carreira política. A justificativa, segundo ela, foi a de “a vida pública é muito dura”.

Figura 5– Micarla Sousa anuncia à imprensa que vai deixar vida pública



FIM DA VIDA PÚBLICA

**Após rejeição de
95%, Micarla
deixa a política**

Ex-prefeita de Natal diz que cuidará dos filhos.

Crédito: imagens Google

Figura 6- Cronologia de alguns momentos da mobilização

Entenda o que está acontecendo no **#FORAMICARLA**

Primeiro Ato:
25 de maio - Cerca de mil natalenses foram às ruas num ato inédito para protestar contra a administração municipal. Nascia o #Foramicarla, movimento articulado através das redes sociais.

Segundo Ato:
01 de junho - Alheios à indiferença da imprensa local, cerca de dois mil manifestantes voltam a encher as ruas de Natal. Por seu caráter pluralista, o ato contou com apoio maciço da população.

Terceiro Ato:
07 de junho - Manifestantes montam acampamento na Câmara de Vereadores. O objetivo? Pedir aos parlamentares que façam o que deveriam ter feito desde sempre: fiscalizar a prefeitura.

Promessa:
08 de junho - Edivan (PV) desce do gabinete e conversa com os acampados. Promete, juntamente com Júlio Protásio (PSB), rever a composição da CEI que investigará os indícios de superfaturamento nos aluguéis da Prefeitura. Além disso, ele assegura a permanência do grupo na Casa até a audiência pública no dia 14.

Sabotagens:
09 de junho - numa ação covarde e desesperada, infiltrados tentam incriminar os manifestantes plantando preservativos e cigarros de maconha (ambos sem indícios de uso) nas dependências da Câmara. O episódio coincidiu com a noite do quarto ato. No dia seguinte, barracas foram quebradas.

Quarto Ato:
Dia 09 de junho - um novo ato é convocado via redes sociais, e manifestantes saem rumo à Câmara para apoiar os acampados. A passeata também foi alvo de sabotagens por parte de indivíduos que portavam bandeiras que destoavam do movimento.

Mentiras:
10 de junho - Edivan (PV) volta atrás com a promessa e, na calada da noite, extingue a CEI dos Aluguéis, acreditando assim pôr fim às tentativas de investigar a Prefeitura.

Apoios:
O #Foramicarla cresce e ganha apoio da OAB e de pessoas como o neurocientista Miguel Nicolelis (cotado para o Prêmio Nobel), Paulo Teixeira (líder do PT na Câmara), Frei Beto, professores universitários e Comissão de Direitos Humanos.



Crédito da imagem: Twipic/@camilaRogeria

1.5 - Acampamento ‘Primavera sem borboleta’ e 11 dias de ocupação

Convictos, após seis dias do início da mobilização, os manifestantes decidiram no dia 7 de junho de 2011 fazer da Câmara dos Vereadores de Natal o cenário para o primeiro acampamento popular de Natal, e até onde pesquisamos o primeiro do Brasil. Foram onze dias de ocupação em que os participantes, estudantes, professores, integrantes de movimentos sociais estiveram organizados de forma horizontal e criaram várias comissões: alimentação, jurídica, limpeza, formação política, cultura, comunicação, segurança entre outras. O acampamento auto organizado também teve espaço para diversas atividades vídeos-debates, oficinas de artesanato, apresentações culturais, recitais poéticos, jogos, musicais.

Figura 7 – Acampamento montado nas dependências da Câmara Municipal de Natal



Crédito da imagem: Site Substantivo Plural

O ponto alto da mobilização ressaltou a ideia de resistência do movimento, quando os integrantes do #ForaMicarla decidiram mostrar que estavam dispostos a representar sua insatisfação coletiva em um outro nível. Os manifestantes intensificaram a exigência da saída da gestora de seu cargo. Segundo Rudson Pinheiro em um artigo publicado no site Brasil de Fato sobre o #ForaMicarla, “os manifestantes concentraram suas ações em decisões coletivas, na ausência de lideranças, e em uma ideia fixa: a defesa da cidade. Tudo era decidido em assembleia e havia comunicação direta com a população através das redes sociais. Comissões foram montadas: segurança, alimentação, limpeza, entretenimento e outras”.

Figura 8 –Cartaz utilizado para divulgação do acampamento



#ocupacaonacamara
#foramicarla



Nesse momento estamos
ocupando a Câmara Municipal de Natal
Convocamos **TODOS** e **TODAS** a juntar-se a nós

09/06 às 18h - Midway

Acompanhe ao vivo a ocupação
<http://twitcast.me/user/xoinseto>

Para compreender a relação do movimento #ForaMicarla e a comunicação é importante fazer um resgate do papel da imprensa. Para Thompson, “os meios de comunicação são rodas de fiar no mundo moderno e, ao usar estes meios, os seres humanos fabricam teias de significação para si mesmos” (THOMPSON, 1998, 20). Com o acesso mais fácil da população à escrita e leitura, possível a partir de 1840 quando o papel passou a ser produzido em larga escala, a demanda pela troca de informação foi gerada pelo estabelecimento do espaço público.

Como expoente da própria evolução da comunicação humana que passou dos sons mais rudimentares à discussão em espaços públicos, à imprensa coube a tarefa de mediar esses debates. E por isso, seu próprio nascimento reconfigurou as relações políticas visto que desde lá passou a ser um instrumento nas mãos de poder e ganhou muito com isso. Recorremos ao conceito de espaço público de Habermas “é o local onde se formam as opiniões e as decisões políticas onde se legitima o exercício do poder” (SOUSA, 2003, 51), para deixar mais claro porque a imprensa abarca e faz uso de uma espécie de poder contundente dentro de qualquer sociedade. Em Natal não seria – e não foi – diferente.

A própria invenção da imprensa coincide com o surgimento de nações e do Estado moderno. Segundo o historiador Nelson Werneck Sodré, a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. E há muitas razões que explicam essa premissa. Uma delas é que o controle dos meios de difusão de ideias e de informações sempre foi uma luta da sociedade. Outro fator foi a influência que a difusão impressa exerce sobre o comportamento da massa e dos indivíduos. E por último – traço ostensivo, que comprova a estreita ligação entre o desenvolvimento da imprensa e da sociedade capitalista – é a tendência à unidade e uniformidade.

Com formas mais sutis que sustentasse o exercício do poder, a imprensa sempre esteve ligada à luta política. O que explica o termo quarto poder – bastante utilizado nas democracias liberais – por estar estrategicamente organizado junto aos poderes Executivo, Judiciário, Legislativo para colaborar na função de controle sobre a sociedade. Dentro desse cenário, a imprensa enquanto elemento fundamental na construção de imaginários sociais tornou-se essencial em qualquer projeto de formação de ideologias e de chegada ao poder.

No entanto, como os meios de comunicação não atendem a todos os segmentos sociais que desejam ou tentam participar do debate estabelecido na mídia, os grupos excluídos da esfera midiática são, por consequência, excluídos do espaço público. Ou seja, a imprensa favoreceu a “privatização do espaço público”. Porém, é interessante observar que sempre houve e possivelmente sempre haverá excluídos do espaço público, aqueles que por alguma razão não estiveram aptos a discutir e polemizar, seja por razões econômicas ou educacionais. (MELO, 2005, p.4)

Exatamente por esses aspectos e por nunca ter sido uma alternativa à grande imprensa, um dos pilares do movimento #ForaMicarla foi se distanciar dos meios tradicionais de comunicação de Natal na divulgação de suas reivindicações e insatisfações com a gestão da prefeita Micarla Sousa. Trata-se de uma tentativa dentro deste novo cenário midiático, onde o espaço público é ultrapassado enquanto seu modelo clássico controlado na economia política por grandes empresas monopolistas.

Em sua defesa, a prefeita alegava falta de recursos e perseguição política. Em coletiva de imprensa concedida durante a ocupação da Câmara, ela negou irregularidades na gestão e afirmou que o #ForaMicarla não tem pauta de reivindicações. No seu entender, o movimento era uma estratégia de antecipação do debate eleitoral de 2012 por parte da oposição. Enquanto a prefeita tentava dar a conotação de um movimento partidário com fins eleitoreiros por parte da sua oposição ou daqueles que não dividam o poder com ela, a marcha dos manifestantes prosseguia a passos firmes pelas ruas da capital potiguar. Ecoava não apenas uma indignação coletiva, mas também deixava claro que aquelas pessoas não eram ou seriam tolerantes a nenhum tipo de manipulação midiática na cobertura da repercussão de suas reivindicações.

Desta vez, eles não aceitaram o papel passivo e indiferente tão comum em espetáculos de manipulação das mídias. Ao contrário disso, assumiram o protagonismo na cobertura dos acontecimentos de junho de 2011, através das tecnologias. Cumpriram um papel fundamental no processo de comunicação dos fatos, não apenas divulgando através das mídias sociais, mas também interpretando o conteúdo simbólico de maneira pessoal fugindo do controle dos tradicionais produtores das informações.

2. Jornalismo e mediação

O homem é um ser comunicativo com necessidade de contato social, que descobriu na cooperação a melhor maneira de sobreviver. Possui também a capacidade de manipular os símbolos para manter ou transformar a realidade social.

Jornalismo e vida social estão desde sempre em constante diálogo o que consequentemente resulta em produtos jornalísticos diferentes e disponíveis ao público. Assim como a própria sociedade, o jornalismo possui facetas distintas que a traduzem. A notícia deriva do acontecimento, primeiro objeto do jornalismo em sua construção discursiva do real. Mas quando o jornalismo não se lança sobre um acontecimento pontual mas para determinados “acontecimentos invisíveis” dentro e provocados pela sociedade, levanta-se questionamentos a respeito do jornalismo não direcionado para acontecimentos factuais, mas sim, para valores e comportamentos que compõem a sociedade em que vivemos. E embora o jornal tenha mudado de forma na era da comunicação pós-massiva, no que diz respeito ao conteúdo, o jornalismo continua sendo um discurso com relevado poder social que participa ativamente da organização mental, social e política no espaço público. Enquanto atividade constituída dentro da sociedade e como prática midiática, o fazer jornalístico enreda uma série de narrativas cujos conteúdos, modos de recepção e, principalmente de produção, vem sendo largamente estudados, como pontua Tavares (2007).

Somos uma sociedade cada dia mais marcada pela revolução tecnológica que tem a informação e as comunicações como motor das transformações. Castells, um dos pilares teóricos dessa pesquisa, pontua que vivemos em “uma sociedade em rede”, onde o poder se baseia no controle da comunicação e rapidez da mobilização proporcionada pela internet que cria a capacidade da auto comunicação, ou seja, a estratégia de produzir, acessar e compartilhar mensagens (conteúdos) sem mediação, em oposição aos meios de comunicação (à mídia), e baseada nas redes sociais. Para compreender o contexto, é mister recorrermos ao conceito de mediação de Barbeiro (2001) enquanto construção cultural e simbólica, as ressignificações, de um sujeito imerso em um contexto de globalização cultural, de multiculturalismo e intertextualidade, que como bem lembra o autor são características da própria internet. “O eixo do debate deve se deslocar dos meios às mediações, isto é, para as articulações entre práticas de

comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para pluralidade de matrizes culturais”. (BARBERO, 2001, p.270).

Em sua mais recente tentativa de compreender o novo tipo de sociedade que está sendo construída, Castells (2013) ressalta ainda que os seres humanos criam significado interagindo com seu ambiente natural e social, conectando suas redes naturais com as redes da natureza e com as redes sociais. Uma vez que a constituição dessas redes é operada pelo ato da comunicação, como sendo o processo de compartilhar significado pela troca de informações.

Nos últimos anos, a mudança fundamental no domínio da comunicação foi a emergência do que chamei de autocomunicação - o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital. É comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autosselecionada. (CASTELLS, 2013, p. 10)

O pensador visionário examina ainda que a comunicação de massa se baseia em redes horizontais de comunicação interativa que, geralmente, são difíceis de controlar por parte de governos ou empresas. A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade. É por isso que os governos têm medo da internet, e é por isso que as grandes empresas têm com ela uma relação de amor e ódio. Consideramos para efeito desta pesquisa, que o relacionamento entre jornalismo e redes sociais se estabelece nesses mesmos moldes.

Na era digital, com a transformação contínua da tecnologia da comunicação, as redes de comunicação são fontes decisivas de construção de poder pois ampliam o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social. Castells (2013) pontua que na sociedade em rede, o poder é multidimensional e se organiza em torno de redes programadas em cada domínio da atividade humana, de acordo com os interesses e valores de atores habilitados.

Algo possível apenas através da plataforma digital da internet que oferece novas ferramentas e dispositivos de intervenção, como as campanhas virtuais, grupos de discussão, fóruns, salas de conversação, boletins, manifestos online, murais, etc. Pontuamos como um desses exemplos o Movimento #ForaMicarla, objeto de análise desta dissertação. Considerando esse cenário, os movimentos de cidadãos organizados pela busca de direitos e de participação nas decisões de seus governantes, tiram o máximo proveito dos canais de comunicação ao seu alcance ao fazerem uso da liberdade de informação nas condições da *Web 2.0*. Os usuários das redes sociais que agem como ativistas se comunicam e se expressam através destas, buscam compartilhar e divulgar suas reivindicações dentro do cenário sócio-político em que vivem.

Embora as manifestações, motivadas pelo anseio por transformações, não sejam inéditas na sociedade, é através da tecnologia que estamos entrando em contato com uma maneira inédita do fazer política. Nos acostamos à definição de Levy (1994) para compreender as novas formas de agrupamentos políticos, quando o autor trata do de uma política molecular, que supera as práticas políticas massivas caracterizadas de maneira uniformizante. Neste novo modelo, uma ideia ou um comportamento passam a se conectar de maneira sinérgica com outras ideias e comportamentos que se espalham semelhantemente, por isso o termo molecular. Essa cultura política molecular é favorecida pelo crescimento do ciberespaço e alcança sua finalidade por três vias principais, ainda segundo a observação de Lemos e Levy (2010): ao estruturar o diálogo por problemas e não por partidos; promovendo um diálogo construtivo e a propagação de ideias e práticas mais “avançadas” e colocando à disposição dos usuários instrumentos de organização e consulta. Para fins de compreensão desta pesquisa, exemplificamos as hashtags e perfis utilizados durante o movimento #ForaMicarla, no Rio Grande do Norte.

Os partidos políticos permanecem importantes, mas contam com líderes e, necessariamente, devem passar pela mediação (pela mídia) para manter o protagonismo. A autocomunicação é um conceito tributário da Internet, dos dispositivos móveis. O fundamento de uma nova comunidade, uma nova comunicação, pode ser buscado nas redes sociais. A transformação das tecnologias de comunicação cria novas possibilidades para a auto-organização e a automobilização da sociedade, superando as barreiras da censura e controle impostos pelo Estado. (Castells, 2009).

Não significa que a mídia tenha que desaparecer, e sim que o que se chama de *mass media* (ou meios de comunicação de massa) deve adaptar-se à linguagem da política. Não é o fim desta, mas a emergência de uma nova mediação feita pelos próprios produtores de informação, pelos leitores através de criação de mecanismos de reputação e votação. (Lemos, 2010, p. 95).

Por sua vez, Thompson (1999) tenta reparar o que descreve como ‘desinteresse da teoria social’ para com os meios de comunicação. Sua pesquisa reconhece que as mídias sociais devem ser levadas a sério. Só assim pode-se chegar à descoberta de uma profunda influência desta sobre a formação do pensamento político e social:

O uso dos meios de comunicação implica novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo. (THOMPSON, 1999; p.13)

As mídias e redes sociais se transformaram em arenas complementares de mobilização e politização, somando-se a assembleias, passeatas, atos públicos e panfletos. Logo, configura-se uma nova forma de mobilização política, na qual os jovens atualizam a ideia de Durkheim de que as ações em grupo têm mais força do que as ações individuais. A era das mídias sociais é a era das grandes verdades. Mais que isso, a presença de uma mediação ampliada provocada pela cobertura de informações através das novas mídias, como nas Jornadas de Junho 2013, no Brasil, continuamente provoca novos fenômenos comunicacionais que pedem uma observação à luz das teorias de comunicação. Os fenômenos recentes de mobilizações virtuais protagonizadas pelos atores sociais conectados, particularmente, os jovens, demonstram que estes entenderam o poder dessas ferramentas e como estas fortalecem suas demandas por transformações sociais.

Observa-se claramente que este uso ganha importância estratégica devido à fraca cobertura dos acontecimentos pela mídia tradicional; isto indica que as mídias sociais estão sendo apropriadas e redirecionadas para o uso coletivo, criativo, político e pelos cidadãos. O papel passivo do leitor ou receptor é alterado pela Internet, uma vez que estes são encorajados a debates e até mesmo a iremde encontro à determinada informação ou notícia.

Mobilizações contra ou a favor de alguma causa podem nascer nas Redes Sociais Digitais como forma de sensibilizar e unir pessoas em torno de um tema interessante. Estas mobilizações conclamam por participações, recebem adesões e quando conseguem, partem para as ruas onde buscarão colocar em prática o discurso da internet e os seus objetivos iniciais. (GUEDES, 2013, p.9)

Castells (2013) compreende que as novas maneiras de relação de poder desenhadas na sociedade em que vivemos, potencializam o papel das redes sociais nesse processo. Os atores da mudança social são capazes de exercer influência decisiva utilizando mecanismos de construção do poder que correspondem às formas e aos processos do poder na sociedade em rede. Para efeito desta pesquisa, consideramos os ativistas do #ForaMicarla estes “atores da mudança social”, por terem desenvolvido redes autônomas de comunicação horizontal, elaborado seus projetos e compartilhado suas experiências. Castells, Lévy e Moraes concordam que as mídias sociais vão terminar ocupando todo o espaço que a mídia tradicional tem tido. Isso como consequência da movimentação dos interagentes ora produtores, ora receptores nas condições de interação que se estabelecem. (considerar as condições políticas, culturais e sociais para esse fato)

Primo (apud Zago 2014) pontua que o contraste entre a comunicação massiva e outros níveis midiáticos só poderá ser plenamente compreendido se os movimentos interacionais forem estudados em todas as suas dimensões e, de preferência, enquanto elas ocorrem. O uso das tecnologias de comunicação em cenários de conflitos, como o que se desenhou na capital potiguar entre manifestantes e os representantes políticos detentores de mandatos legislativos naquela cidade, “mostram como os dispositivos informacionais – em escala mundial – favorecem a agilidade de novas ações afirmativas no universo político” (PAIVA, 2013)

2. 1 O jornalista e a perda de seu protagonismo

Considerando o cenário contemporâneo da comunicação cada vez mais permeado pelos aspectos da produção de informação através e nas mídias sociais, é fundamental compreender o papel do jornalista e a seletividade inerente ao processo de comunicação. De fato, o protagonismo como produtor de informação já não é tão grande, nesse sentido como pontua Hall (2001), os papéis que o jornalismo atribui a si mesmo em meados do século XIX (...), entre eles o de *Gatekeeper*, está em risco a partir do momento que as suas fontes primárias se tornaram acessíveis às audiências. Agora são os próprios leitores que passam a exercer essa função. O acesso ao acontecimento ou a relatos desse acontecimento ficou mais fácil com a internet e as novas tecnologias. Não é preciso estar pessoalmente no local onde o fato acontece para noticiá-lo.

Um cidadão comum, munido de uma câmera fotográfica, filmadora ou de um gravador de áudio, consegue fazer um bom registro e enviá-lo à redação, ou mesmo redigir seu texto para publicação. A passagem do acontecimento para sua representação é o ponto crucial para compreender a notícia como expressão do novo. Ela está plenamente associada aos processos de fabricação, dependente das operações dos dispositivos industriais-organizacionais e operações simbólicas. Tomando por referência os operadores de sentido, Fausto Neto (2006) questiona as novas modalidades da organização discursiva do jornalismo, segundo as inovações presentes nos dispositivos atuais de noticiabilidade, que é um conjunto de regras práticas que definem o que é notícia do que não o é. Os critérios de noticiabilidade são utilizados para realizar uma espécie de triagem e definir quais acontecimentos devem ou não ser noticiados. Os critérios estão intimamente ligados à produção noticiosa. Targino (2009) a considera como resultante das negociações que definem a parcela ínfima dos fatos que se transformarão em notícias.

Em contraste com isso, as possibilidades hipermediáticas rompem com o modelo tradicional de fazer jornalismo. O fato de que qualquer pessoa conectada à rede possa publicar conteúdo, faz com que as funções exercidas pelos jornalistas no século passado, sejam questionadas, uma vez que suas fontes primárias se tornaram acessíveis às audiências. Para Abras e Penido (2007) o jornalista tem a função de cartógrafo

adicionada ao seu papel e se torna autenticador de uma biblioteca universal que é a internet. Considerado toda a tensão causada pelo #ForaMicarla, ressaltamos uma das justificativas da mobilização ter chamado a atenção da mídia tradicional destacando Motta (2007) que conceitua o conflito como o núcleo em torno do qual gravita tudo o mais na narrativa. São os conflitos que abrem espaço para as novas ações, sequências e episódios, que prolongam e mantem a narrativa viva. É a expectativa em torno do desenlace das histórias que mantém as notícias nos jornais, telejornais (ou portais de internet).

O jornalismo impresso, há tempos, vem usando num mesmo discurso, distintos gêneros, tais como gravuras, charges e fotos. A mídia se coloca numa posição de relatar fatos e, por meio de artifícios, cria junto ao leitor o sentimento de proximidade com a instância de produção, por meio daquilo que é relatado e pela forma com que se estabelece o relato. Reside aqui um dos muitos desafios para os jornalistas diante da maneira como se organizam as novas mídias. Essas compreendidas como uma mistura de antigas convenções culturais de representação, acesso e manipulação de dados e convenções mais recentes de representação, acesso e manipulação de dados.

Os “velhos” dados são representações da realidade visual e da experiência humana, isto é, imagens, narrativas baseadas em textos e audiovisuais – o que normalmente compreendemos como “cultura”. Os “novos” dados são dados digitais. Seguindo essa perspectiva, uma nova mídia é aquela que abre novos caminhos estéticos e permite criar estratégias de produção, circulação e recepção de sentido, mas que também pode dialogar com as que a precederam. Essa possibilidade de conjugação midiática é o que tem sido experimentado pela prática de jornalismo na Internet, que, pelo processo de digitalização da informação, vem descolando-se de práticas mais compartimentalizadas, como a do impresso, do rádio e da televisão, para ambientes em que há o diálogo entre essas práticas. (FAUSTO NETO, 2006).

À sombra dessa reconfiguração da produção de informação, o Webjornalismo tem um compromisso ainda maior com a atualidade e novidade. Estamos diante de uma nova realidade profissional, onde as competências e exigências aos jornalistas também mudaram. Em sua pesquisa sobre jornalismo colaborativo, Aroso (2003) e Correia (2007) perceberam que no cenário participativo contemporâneo, o papel do jornalista é o de avaliar, editar e publicar o material produzido pelos cidadãos, à semelhança do que faz com qualquer outra fonte de informação. A perenidade do valor da função jornalística prevê uma edição e filtragem de informação de confiança e com qualidade

torna-se ainda importante na internet. Ainda seguindo a mesma interpretação da nova realidade que se apresenta diante dos jornalistas, enquanto produtores da informação, Aroso (apud HEBERT, 2000) conclui que em vez de encontrar ou descobrir informação, a tarefa agora é selecionar, na amálgama informativa disponível, a informação mais importante.

2.2 Revalorização da mediação

O papel decisivo do jornalismo como prática de mediação discursiva é um dos pontos de partida desta pesquisa, ou seja, o resgate do papel do jornalista como mediador dentro desta nova configuração do jornalismo dentro do ciberespaço. Não se trata do desaparecimento, mas das alterações da função de Gatekeeper, função ainda não descartada, mas que passa por um momento de adaptação diante da nova realidade. Os jornalistas passam a ser mais como intérpretes do que guardiões da informação, num processo onde se veem diante da necessidade de incorporar as noções de controle de qualidade e significado. A responsabilidade de seu papel como intérpretes credíveis de uma quantidade de informação disponível sem precedentes se torna muito maior.

Em sua forma clássica, o Gatekeeping é consequência do sistema de produção, distribuição e consumo de notícias ainda durante o ponto alto da comunicação dita de massa. Principalmente por uma questão de praticidade, o processo de gatekeeping atendia de forma mais adequada às limitações dos jornais impressos e os noticiários na rádio e na televisão que nunca poderiam oferecer mais que uma seleção redigida com muito aperto das notícias do dia.

Antes, havia uma urgente necessidade de avaliação de quais seriam as matérias mais importantes para a audiência e quais caberiam dentro do espaço total disponível para conteúdo noticioso, fosse ele uma página de jornal impresso, um script de jornal televisivo ou de rádio. Bruns (2011) destaca ainda que estas decisões eram especialmente críticas, de fato em uma época em que o número total de publicações noticiosas em uma esfera de mídia regional ou nacional – o espaço total disponível para a indústria jornalística – estava também rigidamente limitado: quando apenas um pequeno grupo de jornais ou noticiários servia a audiência interessada.

A escassez de canais não apenas justifica as práticas de gatekeeping em si, mas exige também um escrutínio especial destas práticas: o poder e a influência dos editores sobre a pauta das notícias são inversamente proporcionais ao número de canais noticiosos disponíveis.

2.3 Jornalistas e redes sociais

O formato de arquitetura descentralizada da internet desarticula o modelo clássico do jornalismo, exigindo que sejam estabelecidos novos critérios de apuração, redação e divulgação dos conteúdos, capazes de garantir atenção e preferência do público. Esta necessidade torna-se cada vez maior, à medida em que as novas mídias se estabelecem como fontes de informação para os jornalistas e as tecnologias, para divulgação e busca de dados, abrem novas oportunidades para vozes alternativas. Essas plataformas são muito mais do que simples ferramentas tecnológicas que possibilitam a divulgação rápida, concisa e ampla de conteúdo online.

Elas são verdadeiras redes que entrelaçam pessoas e grupos com objetivos parecidos ou não, em favor de causas/movimentos e em debates sobre os mais variados assuntos. Como a maneira da população obter informações sobre os mais variados assuntos – incluindo informações jornalísticas – mudou por conta da internet, a maneira como se faz jornalismo acompanhou as mudanças, e o jornalismo para internet, ou ciberjornalismo.

E sua convergência pode ser entendida como a utilização das mídias tradicionais (imagem, texto e som) na narração do fato jornalístico a interatividade pode acontecer de duas formas. O leitor se sente parte do processo – enviando comentários, por exemplo, e com esse leitor escolhendo a maneira que verá o fato – fotos e os vídeos primeiro e depois lerá o texto, ou ao contrário, tornou-se parte importante do processo de busca por informações realizadas pelas pessoas.

Desde o início da humanidade, as tecnologias são utilizadas para facilitar as atividades cotidianas e registrar momentos importantes. Com a internet ao alcance de qualquer pessoa e em quantidades inéditas é notório a mudança da maneira como se lida com a informação.

Dentre essas informações estão as informações jornalísticas que servem, de acordo com Kovack e Rosenstiel (2004, p. 31), para “fornecer aos cidadãos informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar”. Essa visão é muito próxima da compartilhada por Pena (2006, p. 23) quando afirma que “a natureza do jornalismo está no medo do desconhecido, que leva o homem a querer exatamente o contrário, ou seja, conhecer, e assim, acreditar que pode administrar a vida de forma mais estável e coerente”. (MARTINS; OLIVEIRA, 2015)

A exigência para que os jornalistas se adaptassem às mudanças se tornou ainda maior diante da evolução das tecnologias. Soma-se às rotinas jornalísticas, as funções de analisar dados, filtrar informações na internet, mediar fóruns e chats, elaborar infográficos animados e tabelas para melhorar a compreensão do leitor. A velocidade do fluxo de notícias e acontecimentos acabou tornando os leitores mais rigorosos na questão da qualidade das informações que recebem. Recuero (2009) propõe compreender a conexão entre a produção jornalística com as redes sociais considerando que três tipos de relações entre elas:

- a) redes sociais como fontes produtoras de informação;
- b) redes sociais como filtros de informações;
- c) redes sociais espaços de reverberação dessas informações.

Dessa maneira, a primeira relação diz respeito às redes sociais enquanto capazes de gerar mobilizações de interesse jornalístico ao mesmo passo que as discussões propostas refletem expectativas dos próprios grupos sociais. Elas podem até mesmo influenciar a pauta dos veículos de comunicação. No segundo tipo de relação das redes sociais: encontramos os casos mais comuns em termos de difusão de informações: quando atuam de maneira a coletar e republicar as informações obtidas através de veículos informativos ou mesmo de forma a coletar e arepublicar informações observadas dentro da própria rede. É o caso, por exemplo, dos retweets no Twitter. Um *retweet* acontece quando alguém republica no sistema uma informação originalmente publicada por outra pessoa. Neste caso, muitas vezes, os atores julgam relevante a informação e julgam que sua rede social ainda não teve acesso a ela (Recuero e Zago, 2009). As redes sociais também podem ser consideradas como espaço de circulação de informações. O que as configura como espaços de discussão, onde as notícias podem ser reverberadas.

Podemos ver essas reverberações, por exemplo, no item “trendingtopics” do Twitter. Esse item mostra os assuntos mais comentados na ferramenta. Ao clicar nesses tópicos, pode-se acompanhar aquilo que é discutido a respeito desses assuntos. Com isso, a ferramenta permite não apenas a difusão das informações, mas igualmente o debate em cima das mesmas. O mesmo pode ser observado em outras ferramentas que suportam redes sociais online. (RECUERO, 2009, p. 27)

Para efeitos desta pesquisa, vamos considerar os dois primeiros tipos de interação entre o jornalismo e a produção de conteúdo nas redes sociais por identificá-las como as mais adequadas para compreender a cobertura feita pelo portal Tribuna do Norte dos acontecimentos que marcaram os 11 dias de ocupação na Câmara de Natal, como uma das atividades de protesto coletivo registradas durante o #ForaMicarla.

Para isso, fomos ao encontro de uma metodologia aplicada à temporalidade e às narrativas da web. Uma vez que a rede tem características comunicacionais que lhe são particulares, é fundamental investigar a maneira como o jornalista interage com os elementos da web. Basta considerar a velocidade com que as informações circulavam, bem como o próprio cenário político de Natal, durante os 11 dias de ocupação na Primavera Sem Borboleta, era alterado diante de um verdadeiro duelo de várias frentes e interesses: desde o clamor popular até as diversas decisões judiciais, entre elas as que eram movidas pelos vereadores exigindo a saída dos manifestantes do prédio. Em somente um dos dias de cobertura, encontramos três desfechos diferentes para o impasse entre manifestantes e parlamentares.

O fenômeno observado em Natal está inserido em um novo cenário onde os veículos de comunicação de massa passaram a contar com um importante aliado para identificação de pautas e informações relevantes no contexto mundial. Golpes de Estado, guerrilhas e confrontos civis contra Ditaduras em países da América Central e, especialmente, do Oriente Médio, só ganharam proporção internacional por conseguirem driblar a censura imposta para a imprensa, acesso à internet e a proibição da entrada de jornalistas estrangeiros – em alguns casos.

Nossa plataforma tecnologia analisada, o Twitter foi protagonista da maioria das articulações sociais na internet que conseguiram publicitar a real situação de vários países, como Honduras, Irã, Egito, Tunísia e Líbia. Exemplos que demonstram as possibilidades que as tecnologias de comunicação móvel e as redes sociais digitais podem desempenhar para propagar a informação jornalística. Apesar de possuírem

capacidade para promover interação com o público e apresentar novos formatos de cobertura, o que se vê na prática, é que os veículos ainda tentam adaptar processos para aproveitar as potencialidades oferecidas por estas novas mídias. Assim como a esfera pública política, a esfera pública da internet seria “uma instância onde todos podem falar, questionar-se e debater sobre tudo” (RODRIGUES, 2006, p. 19).

A autora defende, assim como Trivinho (2010), que as novas tecnologias de comunicação são capazes de gerar o debate político da esfera pública, ultrapassando os limites e interesses da sociedade de massas. O ambiente online geraria, então, a possibilidade de criar novas esferas públicas, que possibilitariam promover o debate livre de argumentos. Surgiram chances efetivas de divulgar conteúdos críticos de interesse público e incrementaram-se espaços de observação que exercem a sua vigilância crítica sobre os media [...], denunciando uma informação comercial ou relacionada com interesses estratégicos dominantes, para, em seu lugar, veicular visões alternativas (CORREIA apud RODRIGUES, 2006, p. 24).

Ao passo que a internet se integra ao cotidiano das pessoas, o jornalismo online perde o status de ‘extraordinário’ e se torna cada vez mais um objeto legítimo dentro do meio acadêmico. Ao mesmo tempo, é possível avançar em conclusões de pesquisa que ultrapassam o anúncio dos devires do jornalismo digital na sociedade, para mostrar consequências mais concretas. “O novo mercado de trabalho para os jornalistas, uma nova fonte de informações já comum no cotidiano das redações e uma realidade que integra o dia-a-dia das pessoas” (Pereira, Jorge e Adghirni, 2008).

Todavia, as motivações para que seja feita que determinadas notícias sejam difundidas ou não se distinguem por razões diretamente relacionadas com cada percepção de capital gerado. Nem sempre a informação circulada pelos atores tem seu foco no bem comum ou é motivado pelo compartilhamento de conhecimento coletivo, mas em algumas ocasiões baseia-se apenas na possibilidade de alguma vantagem pessoal. Nesse aspecto, as redes sociais podem ser diferenciadas do jornalismo pelo simples fato das informações difundidas nelas não precisam, necessariamente, ter um valor-notícia ou compromisso social, assim como as notícias produzidas por veículos, teoricamente, precisam.

Uma informação que circula em uma rede social, por exemplo, pode ter um forte caráter social. Assim, por exemplo, é comum circular nesses grupos piadas, jogos, comentários e outras informações que não são necessariamente enquadradas dentro dos valores notícia característicos do texto jornalístico. ” (RECUERO, 2007)

Por outro lado, as redes sociais também podem ser utilizadas para construção de um capital social para as matérias publicadas pelos veículos. Isso porque elas podem atuar de forma aproximada do jornalismo complementando suas funções, filtrando matérias relevantes, concedendo credibilidade e importância para as matérias jornalísticas através das reverberações. As redes sociais podem dar credibilidade à informação através dessa reverberação. Na visão de Bruns (2011) os atores sociais colaboram para o processo noticioso, complementando-o, reconstruindo-o de forma coletiva. Isso porque reverberações podem indicar também a relevância das informações para a comunidade, atuando de forma colaborativa na produção de notícias. As redes sociais também acrescentam comentários e novas análises, envolvendo os usuários como também produtores das informações.

Considerando o cenário atual da comunicação cada vez mais permeado pelos aspectos da produção de informação através e nas mídias sociais, o papel do jornalista e sua seletividade inerente ao processo de comunicação foi redesenhado. O protagonismo como produtor de informação já não é tão grande, os papéis que o jornalismo atribuía a si em outras épocas, a exemplo de conceitos como gatekeeper, agenda-setting filtro noticioso, estão todos em risco quando as suas fontes primárias se tornaram acessíveis às audiências. O que era exclusivo aos jornalistas, pode ser facilmente feito pelos próprios leitores. Pela primeira vez, a potência da mobilidade física acoplada à mobilidade informacional, isto é, a possibilidade de consumir, produzir e consumir informação em deslocamento pelo espaço urbano (Lemos, Levy, 2010, p. 108).

O próprio conceito de noticiabilidade, enquanto conjunto de regras práticas, que define o que é notícia do que não o é passa por transformações. Isso porque com o advento da internet e das novas tecnologias, o acesso ao acontecimento ou a relatos desse acontecimento ficou mais fácil para o profissional de jornalismo. Não é preciso estar pessoalmente no local onde o fato acontece para noticiá-lo. Um cidadão comum, munido de uma câmera fotográfica, filmadora ou de um gravador de áudio, consegue fazer um bom registro e enviá-lo à redação. À sombra dessa reconfiguração da produção de informação, o webjornalismo tem um compromisso ainda maior com a atualidade e novidade.

Os critérios de noticiabilidade são utilizados para realizar uma espécie de triagem e definir quais acontecimentos devem ou não ser noticiados. Os critérios estão intimamente ligados à produção noticiosa. De acordo com Targino (2009), a noticiabilidade é resultante das negociações que definem a parcela ínfima dos fatos que se transformarão em notícias. Abras e Penido (2007) reforçam que as possibilidades hipermediáticas rompem com o modelo tradicional de fazer jornalismo. O fato de que qualquer pessoa conectada à rede possa publicar conteúdo, faz com que as funções exercidas pelos jornalistas no século passado, como gatekeeper, agenda-setting filtro noticioso, sejam questionadas, uma vez que suas fontes primárias se tornaram acessíveis às audiências. Para os autores, o jornalista tem a função de cartógrafo adicionada ao seu papel e se torna autenticador de uma biblioteca universal que é a internet.

Aroso (2003) e Correia (2007) contribuem para esta pesquisa ao tratarem do jornalismo colaborativo e perceberem que no cenário participativo contemporâneo, o papel do jornalista é o de ‘avaliar, editar e publicar o material produzido pelos cidadãos, à semelhança do que faz com qualquer outra fonte de informação’. Os autores observam quem diante de uma nova realidade profissional, as mudanças são naturais, ou seja, as competências que são exigidas ao jornalista se transformam. O mesmo autor destaca ainda a perenidade do valor da função jornalística defendida por Millison (1999) como “uma edição e filtragem de informação de confiança e com qualidade torna-se ainda importante na internet”. Seguindo a mesma interpretação da nova realidade que se apresenta diante dos jornalistas, enquanto produtores da informação, estão as mudanças provenientes do fato de que em vez de encontrar ou descobrir informação, a tarefa agora é selecionar qual delas é mais importante.

Criar uma nova tecnologia, ou saber fazer o melhor uso da disponível, sempre foi um diferencial para o homem e com a internet ao alcance de qualquer pessoa e em quantidades inéditas é notório a mudança da maneira como se lida com a informação. Dentre essas informações estão as informações jornalísticas que servem, de acordo com Kovack e Rosenstiel (2004, p. 31), para “fornecer aos cidadãos informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar”. Essa visão é muito próxima da compartilhada por Pena (2006, p. 23) quando afirma que “a natureza do jornalismo está no medo do desconhecido, que leva o homem a querer exatamente o contrário, ou seja, conhecer, e assim, acreditar que pode administrar a vida de forma mais estável e coerente”.

As tecnologias evoluíram e por consequência a exigência para que os jornalistas se adaptassem às mudanças se tornou ainda maior. Somam-se às rotinas jornalísticas, as funções de analisar dados, filtrar informações na internet, mediar fóruns e chats, elaborar infográficos animados e tabelas para melhorar a compreensão do leitor. A velocidade do fluxo de notícias e acontecimentos acabou tornando os leitores mais rigorosos na questão da qualidade das informações que recebem.

O acesso aos meios de produção e informação foi ampliado e não está apenas nas mãos dos jornalistas, provocando a intensificação da quantidade de usos que os indivíduos fazem não só com as tecnologias da informação, mas com produtos noticiosos macro midiáticos. As notícias ganham uma nova ressignificação por parte dos indivíduos que também passam a construir suas realidades a partir de ferramentas próprias.

O jornalismo é constantemente desafiado pela densa nuvem de informações que se espalha no ciberespaço, pela fluidez das conversações online, busca de uma audiência e de reconhecimento pelo esforço em oferecer um produto de qualidade. É preciso repensar como é possível o jornalismo atender as necessidades de um mundo cada vez mais globalizado, interligado, interconectado, em que as notícias proliferam através de todos os dispositivos comunicantes que fervilham na era digital (ALMEIDA, 2015, p. 76)

No ciberespaço, a ênfase está na criação de formas de comunicação mais amplas, abertas, multidirecionais, diferente das funções massivas que são baseadas na divulgação de informação para um público homogeneizado. (LEMONS, 2010, p. 55). Assim como a esfera pública política, a esfera pública da internet seria uma instância onde todos podem falar, questionar-se e debater sobre tudo, é como se as pessoas só se sentissem inclusas como parte do todo ao expressar suas opiniões sobre os mais variados assuntos. O ambiente online geraria, então, a possibilidade de criar novas esferas públicas, que possibilitariam promover o debate livre de argumentos.

Surgiram possibilidades efetivas de divulgar conteúdos críticos de interesse público e incrementaram-se espaços de observação que exercem a sua vigilância crítica sobre os media, denunciando uma informação comercial ou relacionada com interesses estratégicos dominantes, para, em seu lugar, veicular visões alternativas. A conclusão de Pereira, Jorge e Adghirni (2008) é a de que ao passo que a internet se integra ao

cotidiano das pessoas, o jornalismo online perde o status de ‘extraordinário’ e se torna cada vez mais um objeto legítimo dentro do meio acadêmico. Ao mesmo tempo, é possível avançar em conclusões de pesquisa que ultrapassam o anúncio dos devires do jornalismo digital na sociedade, para mostrar consequências mais concretas: o novo mercado de trabalho para os jornalistas, uma nova fonte de informações já comum no cotidiano das redações e uma realidade que integra o dia-a-dia das pessoas”.

2.4 A cobertura do #ForaMicarla pelo portal Tribuna do Norte

Criado em 2008, o Tribuna do Norte, ou TN Online, faz parte do grupo de comunicação - que leva o mesmo nome - um dos mais tradicionais da imprensa potiguar. Em 2011, ano do acampamento Primavera Sem Borboleta, o Tribuna do Norte era o portal mais acessado do Rio Grande do Norte com, segundo o Google Analytics 156.557.163 (cento e cinquenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, cento e sessenta e três visualizações) com uma média diária de 428.923 (quatrocentos e vinte e oito mil, novecentos e vinte e três) cliques diários nas matérias produzidas.

Esse foi um dos critérios eleitos para escolha do TN Online como objeto de pesquisa para compreender de que maneira a produção jornalística pode ser alterada pelas redes sociais, especificamente em casos de uso do ciberespaço como ferramenta de construção e informação de movimentos políticos sociais, como é o caso do #ForaMicarla.

Diante de um universo tão amplo de alcance, concluímos que seria interessante utilizá-lo como recorte de nosso estudo, que foi composto pelo mapeamento de tweets publicados pelos ciberativistas durante os onze dias de ocupação e de 14 notícias sobre o tema publicados no TN Online.

Figura 14 – faixa improvisada pelos manifestantes na entrada da Câmara



A primeira observação que fizemos foi a de que apesar da hashtag #ForaMicarla estar sendo utilizada pelos ciberativistas desde outubro de 2010, o assunto só entrou na pauta do portal sete meses depois com a publicação de uma matéria sobre um protesto que parou o trânsito na capital potiguar. Em um texto com dez parágrafos, a jornalista Margareth Grillo começou a matéria destacando a relação entre o protesto e indignação coletiva registrada em redes sociais, embora não tenha usado nenhuma data, a repórter deixou claro que o movimento já existia na internet e que naquele dia ganhava as ruas de Natal. Grillo fez uma narrativa simples dos acontecimentos daquela noite e citou algumas das reivindicações que estavam sendo feitas, entre elas, melhorias na educação, saúde e segurança. A matéria também evidenciava o tom de indignação contra a prefeita Micarla Sousa, que segundo o próprio texto no momento da mobilização, inaugurava uma escola em uma comunidade denominada de ‘África’. Em um dos trechos, a repórter destacou a declaração da estudante de Ciência e Tecnologia da UFRN, Ana Luísa Moura, que ressaltava a força do movimento que dava ali seus primeiros passos. “Ninguém deve desacreditar. Nós fizemos muito hoje, parando Natal. Mobilizando e conscientizando mais pessoas, podemos fazer muito amanhã”.

Figura 15 -Primeira matéria no TN Online sobre a mobilização, em abril de 2011, embora o assunto já estivesse sendo tratada nas redes sociais desde outubro de 2010

TRIBUNA DO NORTE

Câmbio Dólar R\$ | Natal-RN | Rádio Globo Natal (No Ar Ferreira)

Capa Esportes Natal Política Economia Cultura & Lazer Classificados

Destaque: Violência // Ônibus // Maria Alice // Pediatria // Walfredo Gurgel // Série C //

Protesto para avenidas de Natal

Publicação: 2011-05-26 00:00:00 | Comentários: 6

Margareth Grillo
Repórter

O movimento contra os atuais governantes dos executivos municipal e estadual, deflagrado pelas redes sociais na internet, twitter e facebook, ganhou às ruas de Natal. Por quase três horas, a juventude ocupou os principais corredores viários da cidade, as avenidas senador Salgado Filho, Bernardo Vieira e Prudente de Moraes, entre 18h e 21h de ontem. Os jovens promoveram um apitão, com direito a banda bate-laia.



O protesto reuniu, em sua maioria, jovens entre 18 e 27 anos. Segundo cálculos da Polícia Militar cerca de 500 pessoas participaram da manifestação, no trecho próximo ao shopping Midway Mall. Entre às 18h35 e 19h45 da noite de ontem foi impossível trafegar nesse trecho da avenida Salgado Filho, nos dois sentidos. O cruzamento foi fechado pelos manifestantes.

Figura 16 – o movimento #ForaMicarla é citado pela primeira vez no Twitter, seis meses antes do acampamento



Crédito: Twitter

O abismo no calendário entre as mobilizações sobre a insatisfação dos cidadãos com a administração de Micarla e a pauta no TN Online deixa claro que o tema só entrou na agenda quando o assunto deixou o ciberespaço para ser gritado nas ruas de Natal, alterando a rotina da cidade. Até aquele momento, constatamos que o discurso dos manifestantes que já se organizavam nas redes sociais, mesmo que na ocasião, apenas de maneira ideológica unidos por um hashtag que traduz e resumia suas reivindicações, estava silenciado pela mídia. Qualquer leitor que acessasse o portal naqueles dias e meses não encontrou nenhuma referência ao assunto, embora fosse de interesse coletivo, uma vez que colocava em xeque a qualidade dos serviços públicos prestados à população natalense e a qualidade da gestão municipal.

De acordo como nosso acompanhamento, depois do dia 26 de abril de 2011, data da primeira matéria no TN Online sobre a mobilização, o assunto só voltou à pauta em 8 de junho do mesmo ano, quando os manifestantes já haviam ocupado a Câmara de Natal horas antes. Visto que a decisão dos ativistas em permanecer no pátio do prédio do Poder Legislativo aconteceu em 7 de junho. A manchete tinha o título “Manifestantes ocupam o pátio da Câmara Municipal” e a matéria não estava assinada. O texto começava destacando que a câmara vivia mais um ‘dia atípico’ e que a presença dos manifestantes era uma estratégia utilizada para que os vereadores votassem pela aprovação do impeachment da prefeita Micarla de Sousa.

Figura 17 – Matéria no TN Online sobre o início da ocupação na Câmara de Natal

 **Manifestantes ocupam o pátio da Câmara Municipal**
 Publicação: 2011-06-08 00:00:00 | Comentários: 6

Em mais um dia atípico a Câmara Municipal de Natal (CMN) não dispôs de votação por falta de quórum (os vereadores da oposição utilizaram-se de manobra regimental e obstruíram a sessão) e recebeu centenas de manifestantes que, embalados por uma onda de protestos na capital, se mobilizaram em nome do impeachment da prefeita Mícarla de Sousa (PV). A plateia que ocupou o pátio interno da CMN é composta de estudantes, profissionais liberais e simpatizantes ou atuantes do movimento sindical, que filiados ou não a partidos políticos diversos entoavam gritos de guerra em oposição à chefe do Executivo do município. Um abaixo-assinado com o pedido de impeachment já circula pela cidade, mas o processo não é tão simples. De acordo com o advogado Klebet Cavalcanti, são três os caminhos possíveis para destituir do cargo um chefe do Executivo municipal.



O primeiro deles é a abertura de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI), que caso constate algum tipo de irregularidade pode ensejar a abertura de um pedido de impeachment. Há ainda a possibilidade de ingresso de uma Ação Civil Pública advinda de constatação de improbidade pelo Ministério Público, associação ou entidades com legitimidade para a proposição. O outro canal seria a abertura de uma Ação Popular resultante da assinatura de 3% da população eleitoral, que em Natal representa hoje aproximadamente 15 mil pessoas. O abaixo-assinado deve conter ainda endereço, título de eleitor com número da sessão e zona, além da assinatura.

Ainda de acordo com nosso recorte, o assunto ganhou um tímido espaço no TN Online na data seguinte, dia 9, ao passo que a mobilização #ForaMicarla e o acampamento na Câmara fervia nas redes sociais. O blog especializado em jornalismo investigativo, Vice, trouxe uma matéria no dia 16 de junho bastante descritiva e algumas fotos do que acontecia no pátio da Câmara naquele dia. O texto assinado por Rayanne Azevedo e fotos de Elisa Elsie, ‘Temporada de caça à borboleta’ fazia um resgate dos dias de ocupação e dividia a trajetória do movimento em Parte I e Parte II.

No dia seguinte à ocupação, o presidente da Casa, Edivan Martins (PV), juntamente com o vice-presidente, Júlio Protásio (PSB), desceram dos gabinetes e foram ao pátio conversar com os manifestantes. A intenção era negociar a saída dos estudantes e ouvir as reivindicações. Naquela noite, o presidente se comprometeu a realizar uma audiência pública na semana seguinte para discutir irregularidades na prefeitura, e Júlio Protásio prometeu dissuadir um dos membros da CEI e colega de partido, o vereador Bispo Francisco de Assis, a desistir da presidência dos trabalhos para que alguém da oposição tomasse a vaga. Não deu. O parlamentar em questão chegou a afirmar que não abriria mão da presidência "nem para o cão". Enquanto isso, outro ato ia sendo articulado, na noite de quinta-feira (9), em solidariedade aos acampados na Câmara. O intuito era engrossar o coro lá dentro. Na hora em que manifestantes começaram a marchar rumo à casa legislativa, contudo, os acampados encontraram preservativos e alguns baseados espalhados pelas dependências do imóvel. Curiosamente, as camisinhas sequer haviam sido desenroladas, e o naipe dos baseados provocaria crises de riso até no policial mais xiita. Nesse meio tempo, chega a TV Ponta Negra -- a emissora da prefeitura, lembra? -- e, sem identificação, filma tudo. Os acampados, em negociação com a polícia -- que, por sinal, a essa altura do campeonato está fura da vida por atender uma ocorrência do tipo no meio de uma greve da categoria -- acabam assinando um termo de compromisso onde afirmam que os objetos encontrados não pertenciam a ninguém ali e teriam sido, possivelmente, plantados na tentativa de criminalizar os protestos que até então vinham mantendo a ordem e o tom pacífico. (VICE, 16 de junho de 2011, *online*).

Figura18 – Manifestantes realizam atividades no pátio da Câmara



Crédito: Vixe.com

Já o TN Online trouxe a manchete ‘Manifestantes do “Fora Micarla” interditam movimentada avenida de Natal. O repórter Leonardo Erys relatou o protesto que mexeu com o trânsito mais uma vez. O direcionado e a interpretação dos acontecimentos por parte do portal lança a dúvida de por qual motivo, a manifestação e suas causas e reivindicações não merecem atenção na reportagem, mas sim seus desdobramentos no que diz respeito à ordem social da cidade, mas especificamente no ordenamento do trânsito.

Figura 19 –Primeira notícia sobre o #ForaMicarla trazido pelo Tribuna do Norte

The image is a screenshot of a news article from the website 'Tribuna do Norte'. The page header includes the site's logo and navigation links for 'Capa', 'Esportes', 'Natal', 'Política', 'Economia', and 'Cultura & Lazer'. Below the header, there are search filters and a list of categories like 'Violência', 'Ônibus', 'Maria Níce', 'Pedatria', and 'Walfredo Gurgel'. The main article title is 'Manifestantes do "Fora Micarla" interditam movimentada avenida de Natal'. The article is dated '2011-05-09 19:51:00' and has 6 comments. The author is 'Leonardo Eyras, repórter'. The text of the article describes a protest where demonstrators blocked traffic on Avenida Salgado Filho near Shopping Midway Mall. It mentions that many motorists supported the protest by honking their horns. A photograph shows a large crowd of people gathered on the street at night, with some holding signs. Below the photo, there is a caption and two paragraphs of text. The first paragraph explains that the protesters hoped for a signal to stop traffic and then appeared in front of vehicles with signs demanding the removal of Micarla de Sousa. The second paragraph notes that despite the traffic stoppage, few motorists honked, and most protesters used honking as a form of support. The protest lasted about 50 minutes.

Manifestantes do "Fora Micarla" interditam movimentada avenida de Natal

Publicação: 2011-05-09 19:51:00 | Comentários: 6

Leonardo Eyras, repórter

Manifestantes do movimento intitulado "Fora Micarla" pararam novamente, há poucos minutos, o trânsito da avenida Salgado Filho nas proximidades do Shopping Midway Mall. O sentido Tírol - Lagoa Nova da via foi fechada por cerca de 200 membros do protesto.

Manifestantes do "Fora Micarla" fecham, novamente, a Avenida Salgado Filho. Muitos motoristas fizeram um batição como forma de apoio ao protesto

A princípio, os manifestantes esperavam o sinal fechar, e no momento em que os carros paravam, apareciam à frente dos veículos com faixas que pediam a saída da prefeita de Natal, Micarla de Sousa. Depois, começaram a sentar na pista, interrompendo o trânsito naquele sentido.

Apesar de o movimento ter parado o tráfego de veículos em uma das vias mais movimentadas da cidade num horário de grande fluxo, poucos foram os motoristas que se aborreceram. Em suma, a maioria dos que eram parados, faziam um "batição", a pedido dos manifestantes, como forma de apoiar o protesto. A paralisação durou cerca de 50 minutos.

Em conversa com esta pesquisadora, LeonardoEyras, repórter do TN online na época, explicou que os critérios para publicação do assunto eram decididos pela editoria. Ele reforça a impressão que já havíamos registrado que o assunto só passou a ter a devida atenção da imprensa, quando da montagem do acampamento Primavera sem Borboleta por isso ter acontecido na sede do Poder Legislativo municipal. “A partir do momento em que o movimento se instalou na Câmara, diariamente os repórteres chegavam sabendo que precisariam dar continuidade a história. Assim, era uma "obrigação" própria dos repórteres se manter atualizados sobre tudo que acontecia. E assim, ver, através das redes sociais, principalmente, todo e qualquer detalhe que

aconteciam por lá enquanto nós não estávamos. Isso era mais fácil já que os próprios membros do movimento faziam questão de atualizar a situação (assim como criaram canais "oficiais" para isso)".

A fala do jornalista chama a atenção para um dos aspectos mais evidentes do exercício do jornalista reconfigurado no ciberespaço: o trabalho de apuração. No ciberespaço, pela primeira vez, os movimentos sociais, até então atores políticos dependentes na medida que a difusão do registro verbal na cena comum passa pela mediação das organizações jornalísticas, podem sem os impedimentos colocados pela tecnologia necessária para manter os meios convencionais, contribuir para a constituição de um espaço público democrático. Com a multiplicação das fontes, espalhadas agora em escala mundial, a capacidade de intervir sem mediação de terceiros no processo social desde uma perspectiva distanciada dos poderes oficiais desestabiliza a proporção do uso dos três tipos de fontes pelos jornalistas. Fontes, que os manuais de jornalismo registram como: oficiais, oficiosas e independentes, como destaca Machado (2012). Sendo elas: fontes oficiais são mantidas pelo Estado, por empresas e organizações como sindicatos ou associações; fontes oficiosas são aquelas relacionadas de forma direta com uma instituição ou personalidade, mas sem poder formal de representação e fontes independentes, que são aquelas sem vínculos diretos com o caso tratado. O autor demonstra sua preocupação com os sistemas convencionais de jornalismo que demonstram preferência pelas fontes oficiais representa uma estratégia dos profissionais para obter dados fidedignos de personalidades reconhecidas, respaldadas pelo exercício de uma função pública.

Uma característica que, mesmo decorrente da estrutura social que predomina nas sociedades industriais, quando elegida como critério decisivo para a definição das pautas, arrisca a credibilidade da publicação pelo tom oficialista dos conteúdos.

Na medida que a arquitetura descentralizada do ciberespaço desarticula o modelo clássico, o exercício do jornalismo nas redes telemáticas depende do estabelecimento de critérios capazes de garantir a confiabilidade do sistema da apuração dentro de um entorno com as especificidades do mundo digital. O ciberespaço como fonte para os jornalistas. O mau hábito de julgar as fontes oficiais como as mais confiáveis trata-se, alerta Lage (2001:63), de um vício no jornalismo porque a mentira ocupa lugar estratégico nas intervenções de personalidades ou instituições vinculadas aos poderes fáticos quando da defesa de interesses particulares, difundidos como manifestação da vontade coletiva. Mesmo com a comprovação da parcialidade dos detentores dos poderes sociais, a estrutura centralizada do jornalismo convencional gera uma supremacia absoluta das fontes oficiais. (MACHADO, 2012, p. 4 e 5)

A nossa conversa com o repórter Leonardo Erys foi bastante produtiva, no sentido de colaborar para a compreensão da maneira como foi desenhada a relação entre os jornalistas, no caso representado por ele, diante de um novo cenário comunicacional, onde através das redes sociais se unem devido a uma identificação particular com as demandas expostas pelos demais. Identificamos na fala sobre sua experiência como produtor de várias matérias sobre o movimento durante os dias de ocupação, dois tipos de relação conceituados por Recuero (2009) entre ele e os ativistas na rede do #ForaMicarla. A primeira se deu pelo uso das redes sociais como fontes produtoras de informação.

Como repórter estive envolvido em praticamente todos os dias da ocupação. Como eu não era da editoria específica de Cidades, muitas vezes, passava o dia sem produzir qualquer conteúdo sobre, mas sempre de olho nas redes sociais. Qualquer novidade que sásse nas redes, era minha obrigação ter em primeira mão. Por isso me cerquei de gente que acompanhava e estava no movimento (ERYS, 2014, em entrevista à autora).

O jornalista também reforça o segundo tipo de relação entre jornalismo e redes sociais identificados por Recuero (2009): quando as redes se constituem como filtros de informação. Os atores sociais que deram vida à ocupação protagonizada pelos manifestantes do #ForaMicarla também serviram como fonte de informação para a produção das matérias sobre a cobertura do acampamento improvisado na Câmara de Natal. “Quem estava presente no movimento era fonte. Tinha conhecidos que dormiram no local e vivenciaram de perto esse dia a dia e eles serviam como fontes. Havia alguns nomes importante no movimento, como Marcos Aurélio, e outros que eram fontes de decisões judiciais como os advogados do movimento Daniel Valença e Natália Bonavides, salvo engano. Os vereadores também foram fontes, como Mineiro e George Câmara, por exemplo”, (ERYS, 2014).

Ainda na conversa, indagamos ao repórter sobre a qual teria sido a linha editorial utilizado nas matérias que compõem nosso recorte. Quanto a isso, Leonardo Erys afirmou não ter havido nenhum tipo de orientação tendenciosa a nenhuma versão no tratamento e produção dos textos. O questionamento foi colocado diante do fato de que o movimento mexia com o status quo das relações de poder em Natal, também através da imprensa tradicional, da qual o Tribuna do Norte é um dos seus

maiores representantes. De acordo com Erys, que trabalhou durante dois anos no TN Online, as observações feitas pela editoria obedeciam a priori aos critérios básicos do próprio jornalismo quanto à checagem da veracidade dos acontecimentos.

As recomendações eram apenas para checagem absoluta dos fatos. Ou seja: não cair em pegadinhas ou informações falhas que pudessem atrapalhar o desenvolvimento das reportagens. Assim, se nós víamos, por exemplo, um twitter de algum membro falando algo ou até alguma decisão judicial (como a que manteve os jovens na Câmara), sempre a recomendação era ir até o local (que era perto da redação) ou ligar pra fontes oficiais que pudessem confirmar a história. ERYs, 2014, em entrevista à autora).

Voltamos à trajetória do acampamento Borboleta sem Primavera, expoente maior do #ForaMicarla para acompanhar de que maneira o portal tratou o tema em suas reportagens. O universo particular dos acampados voltou à pauta do portal Tribuna do Norte com um pouco mais de espaço no dia 10 de junho. Nesta ocasião foi tema de duas matérias. A primeira assinada pela repórter Anna Ruth Dantas (que não foi localizada por nós a fim de compreendermos o processo de produção da notícia, apesar das várias tentativas de contato), tratava sobre o impasse entre os vereadores sobre a pauta de votação. A jornalista se referia ao movimento como o Coletivo Fora Micarla e escreveu ainda sobre a reivindicação dos “manifestantes”.

A segunda matéria, sem assinatura, tinha como manchete ‘Manifestantes denunciam estratégia da câmara para saída forçada’. O texto afirma que a fonte é um dos integrantes do movimento, Girderley Soares. Para ele, a Polícia Militar é composta por um maior efetivo e teria a capacidade de desfazer a mobilização. Segundo Gilderley, as pessoas que acampam na Câmara pretendem permanecer na Casa também durante o fim de semana.

No dia 12, com a decisão da Justiça de que os manifestantes deveriam desocupar o prédio da Câmara e com os ânimos acirrados entre os manifestantes e os vereadores que pedia a saída deles, o TN Online trouxe a matéria “#ForaMicarla: os manifestantes já estão intimados”. O que nos chamou a atenção foi o uso da hashtagna manchete dando uma nova formatação ao recurso jornalístico de titulação de um texto. A presença dela, segundo Leonardo Erys, “era mais para identificar o movimento em si. Como eles

se autoproclamavam dessa forma, por conta do uso das redes sociais, nós passamos a adaptar isso também. Ajudou no sentido de facilitar, inclusive os títulos”.

Uma explicação que se aproxima da interpretação que Costa-Moura (2014) fez do uso da plataforma tecnológica de que qualquer hashtag, se promovida por número suficiente de posts pode virar 'tendência' e atrair mais usuários para discussão em torno do tópico proposto. Cinco dias após a montagem do acampamento, o TN Online continuou fazendo a cobertura do #ForaMicarla e foi o dia em que a mobilização ganhou maior espaço no portal, com a publicação de três matérias, todas traziam os momentos da negociação pela saída dos manifestantes, entre eles e os parlamentares.

O primeiro texto divulgado no início da noite afirmava que os ativistas decidiram pela permanência no local, enquanto que no fim desta mesma noite, uma outra matéria noticiava que os manifestantes se preparavam para desocupar o pátio.

Figura 20– como o assunto estava sendo postado no Twitter e como era tratado nas matérias publicadas no TN Online



Manifestantes do movimento decidem desocupar

12:37:00 | Comentários: 1

A decisão de ocupação no pátio da Câmara Municipal de Natal, "Fora Micarla" decidiram, após longa reunião intermunicipal, deixar o local. A decisão ocorreu através de um voto da presidente da Câmara, Edivan Martins, na qual foi aprovada para esta terça-feira (14) às 8h30 na CMN, e a instalação da CEI, que ocorrerá em sessão ordinária.

A decisão da Câmara, entretanto, está condicionada à realização da sessão ordinária confirmada para amanhã.

Manifestantes decidem permanecer na Câmara Municipal do Natal

Publicação: 2011-06-13 18:16:00 | Comentários: 1

Manifestantes que protestam contra a administração da prefeita Micarla de Sousa, a instalação de uma CEI para investigar os contratos da Prefeitura vão permanecer na Câmara Municipal do Natal. A decisão foi tomada no início da noite desta terça-feira (13) após a plenária dos manifestantes.

O grupo discutiu a proposta do vereador presidente da Câmara, Edivan Martins, de instalar a CEI dos Contratos com cinco membros, sendo dois da oposição. Além da realização de uma audiência pública para tratar da situação, o presidente não garantiu que a relatoria ou presidência da CEI seria feita por um vereador de oposição, sob a justificativa de que a decisão caberia aos membros da CEI.

Após a sugestão colocada em votação, o grupo decidiu permanecer na CMN, aguardando a sessão ordinária que será realizada na manhã da terça-feira (14) e a sessão ordinária para a instalação da CEI.

Manifestantes e vereadores discutem desocupação da CMN na sede da OAB

Publicação: 2011-06-13 14:10:00 | Comentários: 2

Com o objetivo de encontrar uma solução para o impasse em torno da ocupação da Câmara Municipal de Natal por manifestantes contrários à prefeita Micarla de Sousa, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Rio Grande do Norte (OAB/RN), Paulo Eduardo Teixeira, se reuniu no início da tarde desta segunda-feira (13) com representantes dos manifestantes, vereadores e o presidente da Casa, Edivan Martins. O encontro, realizado na sede da Ordem, teve como principal objetivo discutir a desocupação da sede do legislativo municipal, ocupada pelos integrantes do movimento #ForaMicarla desde o dia 7 de junho.



A reunião contou com a presença de uma comissão e assessoria jurídica dos manifestantes, os vereadores Júlia Arruda, Júlio Protásio, Raniere Barbosa e George Câmara, além do presidente Edivan Martins e do procurador geral do Município Bruno Macedo.

Em um primeiro momento, o presidente da ordem, bem como o secretário geral Paulo Coutinho e demais conselheiros, se reuniram com representantes e assessoria jurídica dos manifestantes. Durante a conversa, a integrante do movimento Elaine Macedo falou pelo grupo de manifestantes e reiterou o objetivo da ocupação da CMN, que é o impeachment da prefeita e a abertura de uma nova Comissão Especial de Investigação (CEI) com objetivo de averiguar os contratos de aluguel firmados pela atual gestão municipal até o momento.

2.5 Hashtagstorytelling do #ForaMicarla: uma nova linguagem jornalística

O jornalista é, em sua essência, um contador de história. O que não impede que esta história tenha versões e que possa ser alvo de constantes manipulações dos fatos. Principalmente quando essas histórias sejam contadas a bem dos interesses de veículos de comunicação. Porém, as tecnologias e as novas maneiras de produção de conteúdo se transformaram num terreno fértil para o surgimento de uma nova modalidade de linguagem jornalística: o storytelling. Em uma tradução simples do termo, *Story* significa história.

É a parte abstrata do conteúdo, é a morada da criatividade. Assim como o fogo da fogueira, ninguém pode manipular, já que sequer consegue tocar. Já o termo *Telling* se refere ao ato de narrar e, mais especificamente, às narrativas, é a morada da expressão. Assim como a madeira da fogueira, a função da narrativa é permitir que o fogo apareça. Storytelling é a forma mais primitiva e, ainda hoje, a mais sofisticada de transmitir uma mensagem, é literalmente narrar histórias.

A notícia é um gênero textual inerente à linguagem jornalística, seu conceito mais simples é o de tratar-se de um texto informativo de interesse público, que narra algum fato recente ocorrido no país ou no mundo. Em tempos de hashtags, tweets, posts e memes online, a prática da imprensa é algo hoje internalizada em qualquer cidadão que tem seu canal de comunicação online.

Autoun&Malini consideram estarmos diante de uma nova linguagem jornalística, a “hashtagstorytelling”, onde a narrativa noticiosa, atualmente utilizada para troca de informação mútua, organização tática dos protestos, globalização dos fatos, localização de testemunhas/fontes, relatos multimídia de registros do cotidiano, promoção de ideologias, conversação social e agendamento da mídia. A narrativa nas redes sociais da Internet é sempre permeada de histórias paralelas, de idas e vindas, de agregações de sentido, de confrontos de personagens (perfis), que só faz alastrar as ambiências em que o fato é vivido, transformado e tornado público.

À diferença da narrativa jornalística, marcada pela autenticação dos fatos, hierarquização de fontes, predomínio do passado, busca de uma enunciação à distância do fato narrado e repetição de versões únicas, a narrativa colaborativa P2P é o relato feito por uma multiplicidade de perfis na Internet que portam o tempo da linha do tempo como um agora, assume uma franqueza no falar como valor e regra para se alcançar a verdade, identificam-se como sujeitos unidos ao acontecimento, atores de sua atualização, e têm a republicação como estratégia de alargamento de si e de sua própria potência em uma audiência intensa. (AUTOUN& MALINI, 2010, p. 290)

Figura 21 – manifestantes usam cartaz improvisado com a hashtag que dava nome à mobilização sobreposta sobre a placa oficial da Câmara de Natal -



Crédito: Vixe.com

3. Miatização

As relações e práticas sociais estão, cada dia mais, sendo reformuladas pelas tecnologias da comunicação e informação, vivemos em uma sociedade de miatização. Trata-se de um novo processo social em que todas as áreas e setores da sociedade passaram a desenvolver reflexões sobre sua interação com as demais áreas e setores. Para Sodré(2002), a miatização pode ser conceituada como uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional, a reboque de organizações empresariais e com ênfase num tipo particular de interação – a que poderíamos chamar de ‘tecno-interação’ –, caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada medium. Ela não acontece só quando se está produzindo e se está recebendo informação. A lógica e cultura miática passam a orquestrar o curso da vida em sociedade, a partir de uma temporalidade, espacialidade, estética e ideologia singular.

FAUSTO NETO (2009) observa que a “sociedade miatizada” apresenta “sua estrutura e dinâmica calcada na compressão espacial e temporal, que não somente institui, como faz funcionar um novo tipo de real, cuja base das interações sociais não mais se tecem e se estabelecem através de laços sociais, mas de ligações sociotécnicas”.O pesquisador discorda dos que prezavam alguns dos relevantes paradigmas comunicacionais, nos quais a maturação e a convergência das tecnologias abririam caminho para uma organização societal guiada por uma matriz unificadora, de consumo uniforme e gostos similares, as hipóteses da “miatização” mostram o surgimento de uma natureza da organização social descontínua, segmentada, incompleta e complexa.

Pensamento que vai de encontro ao de Charaudeau (2006) que ao analisar o espaço público fazendo referência à mídia televisa, concluiu que não se trata das mídias modernas terem se apoderado do espaço público para transformá-lo. “As mídias seriam apenas uma forma de publicização. Sua ação é participar do que constitui, desconstitui, transforma o espaço público no quadro do contrato de informação miático”.

Diferentemente do que acontece com os novos mecanismos de internet que possibilitaram que as práticas e relações sociais passassem a ser mediadas por protocolos que se apoiam nas lógicas midiáticas e mercadológicas.

As tecnologias midiáticas, transformadas em mídias propriamente, são aceitas, agora, tendo um papel importante na mediação simbólica de determinadas relações (tornando-se um elemento indissociável e cultural dessas relações) e deixam de ser pensadas somente pelo seu âmbito funcionalista – de sua função como equipamento. Nas medições possíveis pelas redes da internet, a comunicação acontece por meio de fluxos, os quais se desprendem novos e infinitos significados e sentidos que se configuram no feixe de interseção entre tecnologia, indivíduo e estratégia. Uma sociedade em vias de midiatização é aquela onde o funcionamento das instituições, das práticas, dos conflitos, das culturas, começa a estruturar-se em relação direta com a existência das mídias”. É a configuração de uma série de práticas sociais imprevisíveis, variáveis, aleatórias e originárias de naturezas distintas, materiais e imateriais, mas que são manejadas, principalmente, pela lógica midiática, caracterizando “disjunções entre estruturas de oferta e de apropriação de sentidos” (FAUSTO NETO, 2009).

As ideias difundidas de ‘revolução tuitada’ e do potencial de mobilização das redes sociais se uniam e intensificavam a crenças nas práticas midiativistas como via de democratização radical da sociedade. É fato que o movimento #ForaMicarla foi impulsionado a partir das redes sociais, que deram fôlego para que o movimento crescesse, fosse às ruas e ganhasse apoio e adesão de boa parte da população, chegando até mesmo a ocupar grande espaço na mídia tradicional. Embora os processos sociais já existiam sem a mídia e, portanto, as interações ocorriam fora de qualquer interferência midiática, aos poucos, esses processos passam a ser midiatizados, perpassados pela mídia. Por exemplo, fazendo uma contextualização com nossa pesquisa sobre o #ForaMicarla, protestos populares contra governos foram organizados muito antes do surgimento do twitter ou mesmo dos portais de notícias online. Os novos processos sociais caracterizam grandes mudanças, mas isso não significa que destroem ou salvam alguma coisa. Significa que trazem outros problemas e outra sistemática social. Os outros modos continuam a existir. Por exemplo, a escrita não eliminou a oralidade. Então, a midiatização como processo interacional de referência transforma os demais processos, mas mantém espaços de oralidade e de escrita.

Tanto assim que os ciberativistas que apoiaram toda a mobilização contra a gestão de Mícarla Sousa, pediam seu impeachment e a investigação de fraudes na administração digitavam suas insatisfações e anseios numa plataforma tecnológica como o twitter mas faziam isso escrevendo seus tweets. A transformação não se trata de uma incidência passiva da tecnologia na sociedade, percebo-a como a efervescência de invenções das pessoas pelo uso da tecnologia. Os ciberativistas não buscam espaço na mídia, pois através do processo de um processo colaborativo de mobilização social, eles atuam como capitães de seus próprios navios no oceano informacional.

Os indivíduos podem exercer um papel ativo nos processos infocomunicacionais, porque o poder não é possuído por uma classe, mas diz respeito ao efeito das posições estratégicas ocupadas por estas classes. E mesmo que o público não possua canais de interação direta com os emissores, interage com outros indivíduos e com os produtos midiáticos, e inclusive responde Braga (2006) a estas produções, demonstrando o caráter relacional do poder” (FOUCALT apud ALMEIDA, 2015).

3.1 Movimentos sociais e novas mídias

Os movimentos sociais são ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas, ou seja, se a conjuntura política muda, o perfil dos movimentos sociais também. O ano de 2008 marcou a história do século XXI. Não só por ter, possivelmente, sido a pior crise econômica mundial após 1929, mas principalmente pela produtividade histórica e social das novas formas de manifestações sociais e sua relação com a internet. Um ano que serviu como pano de fundo para o ano de 2011, ano dos acontecimentos que justificam esta pesquisa, quando o mundo assistiu uma verdadeira onda de protestos que tinham em comum sua auto-organização e o uso das redes sociais para o processo comunicativo desses movimentos.

Do Brasil ao Oriente Médio, a história mundial foi marcada por vários protestos sociais. A revista Exame fez um breve histórico das manifestações registradas naquele ano, desde os Protestos na Tunísia, Revoltas no Iêmen, dívida pública na Itália e a ocupação dos jovens às ruas de Roma, desemprego na Espanha e manifestação estudantil no Chile. A internet provocou uma redefinição de valores que alteraram as formas de comunicação e acesso à informação. E apesar de possuírem aspectos específicos, os movimentos ocorridos naquele ano foram simultaneamente locais e globais. Entre eles, estão a Primavera Árabe, Movimento Los Indignados e Ocupe Wall Street, todos acontecimentos desencadeados por dois sentimentos comuns: o medo e a raiva.

Uma combinação que foi canalizada para a transformação em processos de indignação coletiva potencializadas pela velocidade da organização social permitida pela internet e que extrapolaram a repreensão estatal ou qualquer forma de controle. Castells (2013) é referência obrigatória na tentativa de uma nova compreensão dos movimentos sociais visto que o autor se debruça sobre os acontecimentos após a crise financeira do ano em questão. Muito além de suas diferenças culturais e geográficas, todos os atores sociais que protagonizam os mais diversos movimentos e protestos utilizaram de uma mesma estratégia: o uso das redes sociais como ferramentas de comunicação horizontal. O que seria um reflexo do momento em que vivemos hoje, mais do que em qualquer outro tempo: imersos na caverna platônica e acreditando apenas nas sombras que nos aparecem como imagens, só é real o que é visível.

Desenvolvemos um idealismo ingênuo que acredita que a imagem é a única forma de representação, com isso, as imagens estão cada vez mais substituindo o papel das palavras na representação do real. Estamos cegos com nossa própria imagem. Imagem é poder, com uma única imagem se derruba um governo. A imagem é o que media as relações sociais na sociedade moderna, Debord já anunciava em seus textos o aparecimento de um novo tipo movimento de contestação caracterizado pela a revolução da vida cotidiana, a realização dos desejos oprimidos, a recusa dos partidos, dos sindicatos e de todas as outras formas de luta alienadas e hierárquicas. Para o autor, sua tese foi comprovada pelos acontecimentos de 1968. Um ano que entrou para a

história pelo desencadeamento da greve geral com a ocupação das universidades e de fábricas, onde se reproduziu em larga escala o apelo aos operários para que ocupassem as fábricas e formassem conselhos operários. Deflagrou-se greve selvagem, e depois de alguns dias, milhares de fábricas encontravam-se ocupadas, sob controle de comissões operárias que estravazou os limites sindicais e partidários, apresentando-se como a mais emblemática revolta autônoma, e em muito ultrapassou o meio operário e se estendeu a toda sociedade francesa repercutindo em muitos países.

Nos dias atuais, vivemos uma época marcada pelas imagens, os movimentos sociais já perceberam a urgência em se tornar audiovisuais. Uma legião de chargistas, fotógrafos e cinegrafistas amadores, despejando conteúdo nas redes sociais, é mais eficiente do que uma legião de cronistas e comentadores despejando conteúdo em blogs. Em nossa cidade temos a oportunidade de construir uma alternativa ao modelo estereotipado de movimento social, de pichações e bandeiras, para performances e terrorismos poéticos. Utilizando as imagens em benefício próprio. Nossa civilização pensa por imagens, sendo assim, é importante pensar na consequência das imagens, não apenas dos atos.

Até pouco tempo, a informação para as massas era monopolizada pelos grandes veículos, mas a internet tornou-se disponível a qualquer um com uma câmera amadora e uma conexão. Será que houve uma descentralização desse ‘poder’ com a democratização na produção das imagens? A possibilidade dos indivíduos e ou militantes atuarem sozinhos ou em grupos fazerem frente ao monopólio dos grandes veículos de informação, provoca alguma ruptura significativa no modo como a ideia de poder é sustentada pelos conglomerados de comunicação?

Segundo o IBGE, quase metade da população (49,4%) já está conectada à internet. E neste ano, pela primeira vez, o número de smartphones (306 milhões) superou o de computadores (154 milhões), de acordo com estudo da Fundação Getúlio Vargas. Para além do uso recreativo e social, essas tecnologias da informação e comunicação se consolidaram como um importante instrumento de mobilização social. O profeta da era que vivemos, a eletrônica, e principal teórico da comunicação, Marshal McLuhan difundiu a hipótese de que as comunicações produzem um profundo impacto sobre as categorias sociais do tempo e espaço, levando à modificação das relações na sociedade. A tecnologia contemporânea é responsável pela criação de um novo mundo.

A comunicação eletrônica está estendendo o nosso sistema central de maneira global inter-relacionando todas as experiências humanas instantaneamente (RÜDIGER, 2011, p. 120). Estamos vivenciando uma transformação no jogo político, como explica Lemos e Levy (2010), embora as mobilizações reúnam grupos geográfica, social e ideologicamente ao serviço de uma ação que encontra, momentaneamente, os interesses de cada um, estes agrupamentos são efêmeros e não visam constituir estruturas de poder permanente.

Os manifestantes trazem um “discurso político renovado, fora das instituições tradicionais” (BENTES, 2007, p.253) dando vida ao fato e documentando-o. Eles se reúnem formando uma rede tecnológica de indignação que detém uma linguagem de ação e de comunicação que suporta “a capacidade autônoma de comunicar-se e organizar-se” (CASTELLS, 2013, p.24). Essa capacidade passa pela facilidade de os jovens, contemporaneamente, se auto organizarem com o uso de dispositivos móveis e ubíquos que lhes permitem fazer um primeiro contato virtual que ganha corpo nas ruas, onde os encontros são fotografados, filmados e contados verbalmente ou por memes facilmente compartilhados em redes sociais, sites e até incorporados, em alguma medida, pelos meios de comunicação ditos tradicionais, que vêm utilizando muitos registros audiovisuais de coletivos independentes. (Sousa, 2015).

Embora recorra ainda ao conceito da Sociedade em Rede, termo cunhado pelo próprio Castells (2005) como uma estrutura social operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores, estamos diante de uma nova trama social e tecnológica que requer uma compreensão à luz de um conceito recente, o da sociedade em rede, uma nova estrutura social cujo funcionamento depende de tecnologias digitais de informação e comunicação. A pesquisa F/Nazca divulgada dois anos depois dos acontecimentos que fundamentam esta pesquisa, revela que desde 2011 o envolvimento dos brasileiros com mobilizações via internet saltou de 16% para 26% dos internautas.

Segundo os dados, um em cada quatro internautas participa de algum movimento social convocado pela internet e mais da metade dos 93 milhões de internautas brasileiros - representando 54% - já ficou sabendo de algum movimento social por meio virtual. Entre eles, a maior parte - ou 70% - ficou sabendo a partir das redes sociais, que aponta mais relevância do que todos os demais meios digitais, inclusive sites de jornalismo. Rüdiger (2011) constata que capacitados pelas tecnologias

modernas, os homens ultrapassam as dimensões do espaço e tempo. No seu estudo sobre o potencial do ativismo articulado nas redes, Di Felice (2013) identificou três momentos diferentes para o ativismo digital. O primeiro modelo de protesto global com cartas espalhadas na internet nasceu no México em 1994. Tratava-se do Zapatismo, ou movimento zapatista.

O rosto coberto dos *Black blocs* e dos *Anonymous* vem dos zapatistas, assim como a recusa da luta pelo poder, a aversão às tradicionais bandeiras ideológicas e aos partidos políticos de qualquer tendência e a possibilidade de criar uma comunicação própria, como alternativa às mídias oficiais. Esses elementos já se encontravam todos no zapatismo. (DI FELICI, 2013).

O zapatismo, acredita DI FELICI (2013) foi um marco que serve como movimento inspirador para todos os movimentos atuais, em qualquer canto do mundo por ir além do Estado, com suas ideias de democracia e autonomia. Um dos campos de inovação das experiências zapatistas, que suscitou vivo debate, tem sido quanto ao papel da comunicação no conflito. Os zapatistas, na figura do chefe militar porta-voz Subcomandante Marcos, escreveram compulsivamente comunicados, e de estes estarem disponíveis na Internet e serem reproduzidos pelos poucos canais alternativos de comunicação, o que favoreceu muito a difusão dos ideais, comunicados e o subsequente desenrolar da situação chiapaneca, pois neutralizou, em grande medida, a política de contra-informação governamental. Foram diversos os endereços na internet de grupos de discussão, análise, divulgação e solidariedade ao movimento zapatista. Muito embora à época em que o Exército Zapatista de Libertação Nacional surgiu ainda não existiam as mídias sociais, pelo menos não como conhecemos e utilizamos atualmente, a instantaneidade na publicização dos conflitos, possibilitada pelas tecnologias midiáticas, transformou-se em uma estratégia e em um importante elemento tático nesta guerra. A utilização da Internet e o volume de informações produzidas e transmitidas são também responsáveis por fazer o EZLN escapar à tradicional (e muitas vezes velada) censura dos meios de comunicação, favorecendo o elemento surpresa e a escolha do momento para sua ação política (como a data definida para o início do conflito). A partir dos recursos tecnológicos comunicacionais, foram criadas redes de difusão e solidariedade que são tecidas e alimentadas constantemente por ativistas, movimentos sociais alternativos e simpatizantes do EZLN em todo o mundo.

Tais movimentos tem como características em comum uma mesma forma de cidadania e ativismo, resultado de uma interação fértil entre sujeitos, grupos e entidades com as tecnologias de informação, as redes informativas e as diversas interfaces utilizadas. O autor também chama a atenção para a necessidade de aprofundar o significado da ação social dentro da análise do net-ativismo. “Buscando entender e pensar a qualidade da ação na rede que se produz através das interações entre sujeitos, tecnologia e informações” (DI FELICI, 2013. p.55)

O autor pontua que o ativismo digital pode ser dividido em três momentos: o primeiro, na década da de 1990, quando sua atuação se dava nas artes e na política com a busca de táticas inovadoras de intervenções, com rápida ramificação internacional. Um exemplo é o surgimento dos protestos digitais do movimento Cyberpunk. No início dos anos 2000, o ativismo que tem o ciberespaço como cenário inspirou o Fórum Social Mundial. E com ele, as primeiras práticas de protesto midiático internacional, em cidades como Seattle (em 1999), Praga (em 2000) e Davos (em 2001), marcando a experimentação das primeiras formas de conflitualidade, levando, com a internet, a ação social para dimensões planetárias.

Por fim, o terceiro momento ocorreu a partir de 2000 e alcança o presente. Nele, o pesquisador destaca um novo ativismo, que, em muitos casos, provocou processos radicais de transformação – como no caso da Primavera Árabe, com a derrocada de regimes no Egito de Hosni Mubarak, na Líbia de Muamar Kadafi e na Tunísia de Zine el-Abdine Ben Ali – e o surgimento de novos movimentos, como o 5 Estrelas-M5S, na Itália (2009), o #YoSoy132, no México (2012), os indignados do M15, na Espanha (2011), e o M12M de Portugal (2011). Sem esquecer o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos (2011), e as jornadas de junho, no Brasil (2013). (DI FELICI, 2015).

Os recentes episódios de mobilização cidadã, desde os registrados no continente africano até o #ForaMicarla revelam que as tecnologias são cada vez mais apropriadas pelas pessoas e pelas redes provocando uma transformação na maneira de fazer política. No Brasil, uma nova geração de ativistas conectados à internet está criando os movimentos sociais do século XXI. Por meio de ações de construção democrática e métodos em geral provocativos, esses agrupamentos contemporâneos começam a confrontar as forças estabelecidas. Todos eles têm em comum o fato de serem movimentos cujas articulações não tem origem alguma em estruturas partidárias, sindicais ou mesmo nos movimentos sociais de 30 anos atrás. Tratam-se, acima de tudo, de forças articuladas em redes, com forte influência do uso das novas tecnologias de informação e comunicação, utilizadas muito além de uma ferramenta de descrição da realidade, mas de construção desta. Apesar das diferenças no modelo de organização, os movimentos sociais contemporâneos continuam são frutos da mesma semente: no conflito entre classes e vontades políticas. Os movimentos sociais continuam sendo entidades de mediação, isto é, a ferramenta de maior efetividade que os grupos minoritários e desfavorecidos dispõem para buscar a garantia de seus direitos. A luta do ser humano contra a desigualdade imposta ao longo da história continua, na busca por um mundo mais igualitário, onde de fato as ideias da Revolução Francesa estejam em prática, nessa busca por igualdade.

Em artigo para o livro *Cidadania e Redes Digitais*, publicado pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil, o professor espanhol Javier Bustamante descreve o que compõe a nova cidadania digital, ou hipercidadania. Nesta lista, adaptada, é possível compreender alguns dos elementos que unificam a ação política contemporânea: a) defesa da apropriação social das tecnologias; b) tecnologias para promover a democracia, seja ela representativa ou participativa; c) compreender a rede e seu acesso como um novo direito humano; d) promover políticas de inclusão digital; e) promover a aproximação da gestão pública dos cidadãos, por meio das tecnologias; f) defender os commons; g) articular as lutas contra a exclusão digital com a de outros excluídos; h) combate ao vigilantismo e às tentativas de cerceamento das liberdades; i) promover o software livre e o conhecimento livre; j) cultura popular e diversidade cultural na esfera pública interconectada. Não se trata de uma oposição simplória entre o poder das mídias massivas e a “rebelião” associada aos movimentos sociais por meio dos novos

dispositivos de comunicação pós-massivos, mas de uma mudança nas práticas sociais e comunicacionais que oferecem à “sociedade maior capacidade de controle e intervenção, além de maior organização política àqueles que não fazem parte do sistema tradicional” (Lemos, 2010, p. 71). E dentro dessa nova reconfiguração social, a democracia caminha a passos largos para uma revitalização. Castells identificou os traços característicos dos movimentos sociais em rede que articulam a presença em rede com a presença nas ruas, movimentos sem centralização que tem como gatilho a indignação coletiva contra injustiças. “Seus temas e origens são muito diversos, mas repetem as mesmas formas e em todos eles o espaço de autonomia que a rede representa é essencial”.

Os movimentos em rede são de um novo tipo e se formam a partir de ideologias diferentes e com diferentes motivações. São um sintoma da crise da democracia representativa atual, dominada por partidos a serviço deles mesmos e não dos cidadãos, eleições controladas por dinheiro e meios de comunicação, corrupção sistêmica de todos os partidos políticos e em quase todos os países. Os movimentos em rede são de um novo tipo e se formam a partir de ideologias diferentes e com diferentes motivações. São um sintoma da crise da democracia representativa atual, dominada por partidos a serviço deles mesmos e não dos cidadãos, eleições controladas por dinheiro e meios de comunicação, corrupção sistêmica de todos os partidos políticos e em quase todos os países. Nesse sentido, a comunicação em rede está revitalizando a democracia mediante a crítica aos partidos burocratizados e aos políticos corruptos. (Castells, 2013)

Através da internet, os movimentos sociais podem falar diretamente pela voz de seus manifestantes sem o controle ou vigilância de líderes ou porta-vozes. Qualquer um pode fazer parte deste megaspaço público sem terem seus interesses sequestrados em nome de fanatismos ideológicos e voracidade econômica. A ansiedade das populações com as dívidas, as compulsões e os riscos ganham canais de livre expressão que sedimentam seus movimentos por liberdade. A servidão é filha da obrigação de atender e a escravidão é amante do silêncio. A revolução hoje nasce do vazamento do silêncio governamental e do desvio da atenção hipnotizada, ocupando as ruas e as praças das metrópoles. (Milani, 2010, p. 175).

3. 2Ciberativismo

Se conhecimento é poder, então a corrida para o domínio deste se dá na internet. (Lemos, 2004, p. 144)

No ciberespaço, a informação, enquanto instrumento de poder, se fortalece e ganha o eco de milhares de vozes. A apropriação das novas tecnologias, pelas organizações em rede, fez surgir uma nova forma de ativismo: o ciberativismo. A existência destes movimentos é fundamental para a sociedade civil enquanto meio de manifestação e protesto. Trata-se de uma forma de utilização eficiente das ferramentas da rede onde indivíduos e grupos tem suas ações políticas potencializadas pelos ambientes midiáticos e descentralizados da internet. Para os ciberativistas, o uso da internet é um meio de “driblar” os meios de comunicação tradicionais, que na maioria das vezes não oferecem espaço para que a opinião pública se manifeste. Com isso, a rede se torna um espaço “público” em que os ativistas podem se manifestar, otimizando o impacto de suas ideias.

Apesar de parecer muito simples, e de depender apenas de um clique, ciberativismo – que nasce com a entrada de ativistas na rede -, vem com uma proposta de conscientização através da internet. Na maioria dos casos uma movimentação que começa na internet e acaba nas ruas. E para isso não basta apenas o ciberativista, mas o ativista “real” também. Primeiramente, os movimentos sociais na Era da Informação são essencialmente mobilizados em torno de valores culturais (...). O segundo traço que caracteriza os movimentos sociais na sociedade em rede é que eles têm de preencher o vazio deixado pela crise das organizações verticalmente integradas, herdadas na Era Industrial (...). Um terceiro fator importante especifica os movimentos sociais na nossa era. Como o poder funciona cada vez mais em redes globais, passando em grande parte ao largo das instituições nacionais, os movimentos se defrontam com a necessidade de obter o mesmo alcance global dos poderes vigentes, exercendo seu próprio impacto sobre a mídia, através de ações simbólicas (CASTELLS, 2003, p. 118).

Lemos (2010) pontua que sempre que podemos emitir livremente e nos conectar a outros, cria-se uma potência política, social e cultural: a potência da reconfiguração e da transformação. O ciberativismo surgiu como sinônimo de ações coletivas coordenadas e mobilizadas coletivamente através da comunicação distribuída em rede

interativa. Era 1984. Porém, ele vai além da incorporação da Internet aos processos comunicacionais do ativismo, ao incluir ainda a forma como esta tecnologia comunicativa modificou e impactou o próprio ativismo e os conceitos de participação. Na década de 1990, o ciberativismo era considerado uma modalidade de ação política direta de base, marcada pela difusão de informações na rede a fim de boicotar o consumo e realizar ocupações e protestos relacionados aos direitos humanos, civis e ecológicos.

As novas possibilidades oferecidas pelas redes sociais nos remetem ao fato de que a própria cibercultura nasceu e cresce pela apropriação tecnológica. Lemos pontua que ao analisar os usuários destas tecnologias, deve-se superar a perspectiva do uso correto ou não das máquinas de comunicação que hoje, não estão mais presos em rede alguma de estratégia dos produtores de informação. “Se observarmos a dinâmica social da internet, podemos identificar, na evolução do uso das máquinas de comunicar, uma certa busca de taticidade, reforçando ainda mais apropriação social destes” (LE MOS, 2010, p. 240).

3.3 Os ‘ocupa’

Uma das principais estratégias do acampamento Borboleta sem primavera era o de manter uma ocupação constante da Câmara Municipal de Natal, uma estratégia de comunicação desenhada de maneira presencial e em rede, simultaneamente. Como já vimos antes, os manifestantes se organizaram em assembleias gerais, nas quais todos e todas podem falar e participar das decisões coletivas. Durante os dias da mobilização, os manifestantes fortaleceram o movimento em prol da saída da prefeita Mícarla Sousa promovendo uma discussão pública utilizando estratégias de empoderamento gerado pela rede sociocolaborativa criadas por eles.

Figura 22– Cartaz de boas-vindas ao acampamento montado no pátio da Câmara



Crédito: Agência Jovem

O acampamento que foi um dos pontos altos da mobilização do #ForaMicarla pode ser considerado o primeiro caso deste tipo de mobilização no Brasil. Mas foi conceitualmente inspirado no movimento global dos “ocupas” – acampamentos de estudantes e trabalhadores em áreas públicas de centenas de cidades em todo o mundo – iniciados no segundo semestre de 2011 que tinham entre suas principais bandeiras a crítica à desigualdade econômica e se configuraram como novas práticas de cidadania e luta por direitos no espaço urbano. O acampamento Primavera sem borboleta realizado em Natal, o movimento Occupy Wall Street - acampamentos que tomaram inicialmente as ruas de Nova York e se difundiram amplamente por outras cidades do país; a Primavera Árabe, todos esses movimentos mesmo diversos em suas motivações, tratam-se semelhantemente do que Castells chama de movimentos de redes multimodais.

É um movimento que usa a ocupação e acampadas como sua força de modo diferente daquele movimento de Seattle (em 1999), quando milhares de militantes se instalaram na cidade para bloquear (e conseguiram!) a rodada de negociação econômica da Organização Mundial do Comércio. A “Batalha de Seattle” era toda ancorada no deslocamento, no enxameamento, na afluência e na contaminação (inclusive, virtual, com seus centros de mídia independentes). “Sem a cultura informática, Seattle seria impossível” (Negri, 2006, p. 55). Seattle inaugura um tipo de movimento em que se tem uma convocação internacional, várias pessoas em várias partes do mundo pegam aviões e pousam no lugar, fazem encontros, onde elas vão aprender alimentação vegana, técnicas iogues, resistência pacífica e táticas de não violência; coisas bastante diferentes daquelas que a luta política dos anos 70 ensinava. (MALINI, 2013, p. 26)

E embora a internet seja uma condição necessária, não é suficiente. As raízes da rebelião estão na exploração, opressão e humilhação. Entretanto, a possibilidade de rebelar-se sem ser esmagado de imediato dependeu da densidade e rapidez da mobilização e isto relaciona-se com a capacidade criada pelas tecnologias. O que Castells (2011) chama de “auto comunicação de massas”. Conceito encontrado em seu livro *Comunicação e Poder*, em que o autor analisa como a transformação das tecnologias de comunicação cria novas possibilidades para a auto-organização e a automobilização da sociedade, superando as barreiras da censura e repressão impostas pelo Estado.

CONSIDERAÇÕES

O uso dos equipamentos informacionais conferiu nova dinâmica aos processos comunicacionais e jornalísticos. Encorajou novas formas de engajamentos, militância e ativismo político. Houve assim uma transfiguração da experiência política. O ativismo digital se estabelece com uma das formas contemporânea de manifestação sócio-política. As redes sociais despertaram os usuários a fazer uso de seus perfis para reafirmar seu posicionamento diante dos acontecimentos que os cerca, ao passo que provocam e convergem identificação e o sentimento de comunidades num processo de identificação particular com as demandas expostas pelos demais.

O caso #ForaMiCarla constitui uma das expressões do net ativismo no Brasil, revelador das novas modalidades da biopolítica (Foucault) mediada pela tecnologia. As grandes questões políticas do nosso tempo já não têm a ver com uma política das ideias, mas com os processos de inserção da vida dos indivíduos na massa global. O homem, enquanto espécie, tornou-se assim uma questão fundamental nas estratégias políticas das sociedades ocidentais.

“Os instrumentos que o governo se dará para obter esses fins [*atendimento as necessidades e desejos da população*] que são, de algum modo, imanentes ao campo da população, serão essencialmente a população sobre o qual ele age” (Foucault, 1978, p. 277).

Convém destacar que não substitui as formas de ação sociopolítica, mas amplia exitosamente os espectros dos movimentos sociais no século XXI. O trabalho busca demonstrar teoricamente e empiricamente - através das contribuições dos estudiosos do campo da Comunicação e do jornalismo, e dos dados relativos às experiências sociotécnicas e técnico-políticas, nas mídias e redes sociais – a nova configuração econômica, política e cultural que afeta o domínio do jornalismo. Logo, percebemos que, distintamente dos anos 80/90, emergem novos modos de empoderamento, no Brasil

e no mundo, desafiando a compreensão dos cientistas sociais, e particularmente no âmbito da comunicação (em rede) e do jornalismo (digital), a partir da inserção de novos dispositivos tecnológicos que formatam uma nova ambiência sociocultural e política.

Longe de se esgotar no caso #ForaMicarla, os agenciamentos sociopolíticos e comunicacionais mediados pelas tecnologias interativas evidenciam um novo estilo de participação dos atores sociais no espaço público, que, por sua vez, também sofreu modificações, configurando um novo espaço público informacional. Vale ressaltar que o movimento é contemporâneo à Primavera Árabe o que provocou comparações entre ambas mobilizações por parte da própria imprensa e estudiosos. Assim como na África, a cobertura dos jornalistas de Natal inseridos num ambiente corporativo, se viram obrigados a noticiar o fenômeno e lidar com os desafios advindos pela própria organização da mobilização.

No entanto, e apesar, das visões mais otimistas de que este tipo de organização comunicacional através das tecnologias promova um empoderamento da população que protesta contra a corrupção e o desvio do seu caráter de atender o interesse público e ou diversos outros temas, o recorte feito sobre a cobertura jornalística por parte da imprensa potiguar, especificamente o portal Tribuna do Norte revela que as relações de poder que sustentam a imprensa brasileira ainda são íntimas e comprometidas. Ou seja, mesmo com todo o protagonismo dos autores sociais que usam as mídias sociais para denunciar esquemas políticos corruptos ao mesmo passo que exigem que governantes cumpram a tarefa para que foram eleitos: promover a melhoria de vida do povo, o eco de suas vozes ainda é abafado pelo poder mediador que a imprensa possui em espaços públicos.

O silenciamento dos acontecimentos diários do movimento #ForaMicarla nas páginas do TN Online sob a justificativa de que nem tudo que acontecia durante a ocupação de 11 dias da sede do poder legislativo municipal natalense seria de interesse público revela que a verdadeira falta de interesse era do portal em divulgar os fatos que desenharam o primeiro caso de ativismo digital do Brasil, uma vez que o mesmo colocava em cheque os desmandos de uma administração seriamente envolvida em denúncias de desvio de dinheiro público e com esquemas de favorecimento financeiro e político. Através das entrevistas percebemos como o agendamento no jornalístico ainda está atrelado e determinado por critérios que destoam daqueles que encontramos nas

obras sobre teoria do jornalismo, e que a escolha dos acontecimentos do que se tornará ou não manchete ou ainda terá uma cobertura profunda não acontece totalmente dentro das redações. Mas antes por aqueles que estão comprometidos com questões políticas e financeiras. O jornalismo da imprensa potiguar mesmo em meio ao caldeirão de interação popular que teve como plano de fundo as redes sociais ainda está longe de ser imparcial ou mesmo objetivamente, pelo que podemos observar e extrair nesta pesquisa tem como recorte a cobertura midiática que foi feita em Natal.

Muito embora o ineditismo do fenômeno social #ForaMicarla e seu aspecto sociocomunicacional tenha recebido atenção da mídia, percebemos que isso se deu muito mais pelo formato do que seu conteúdo. Ou melhor, não era a contestação popular que ocupou lugar de destaque nas manchetes da imprensa, muito menos teve seu apoio do ponto de vista midiático, mas muito mais apenas a maneira como os manifestantes estavam organizados horizontalmente desafiando a chamada e posta ordem pública.

REFERÊNCIAS

LIVROS:

AROSO, Inês. **A internet e o novo papel do jornalista**. In Biblioteca das Ciências da Comunicação (BOOC). 2003. Disponível em [<http://bocc.ubi.pt/pag/aroso-ines-internetjornalista.pdf>]

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2ª edição. Editora UFRJ, 2001

BENNETI & LAGO, Marcia e Claudia (org). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Editora Vozes, 2007.

CANAVILIAS & SATUF, João; Ivan. **Jornalismo para Dispositivos Móveis: produção, distribuição e consumo**. Labcom books, 2015.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación e poder**. 1ª edição. Alianza Editorial, 2009.

Foucault, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEMOS, Lucia. SANTAELLA, Lucia. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**- Ed. Paulus, 2010.

LEMOS & LEVY. André, Pierre. **O futuro da internet. Em direção a uma ciberdemocracia planetária**. 2ª edição. São Paulo: Paulus. 2010.

LEVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência**. Rio de Janeiro. Editora 34, 1995.

MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, poder e comunicação**. São Paulo. Cortez: 2002.

MORAES, Dênis (org.) **Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro. Record: 2004.

MORAES, Dênis. **O ativismo digital**. Rio de Janeiro. 2001.

PAIVA, Claudio Cardoso. **Hermes no ciberespaço – uma interpretação da comunicação e cultura na era digital**. Paraíba. Editora da UFPB: 2013.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet / Raquel Recuero**. – Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

ROSAS & SALERMA, António; Isabel. **Cidadania Digital**. Labcom 2010.

SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação e Pesquisa**. São Paulo. Hackers Editores: 2001

SODRÉ, N. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.1.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. Porto : Universidade Fernando Pessoa, 2003.

TARGINO, Maria das Graças. **Jornalismo cidadão: informa ou deforma?** Brasília, 2009. UNESCO.

THOMPSON, Jonh B. **A mídia e a modernidade**. 11ª edição. Rio de Janeiro. Editora Vozes: 2009

WARD, Mike. **Jornalismo Online**. Tradução de Moisés Santos e Silvana Capel dos Santos. São Paulo: Roca, 2006.

ARTIGOS

ABRAS, Fernanda. PENIDO, Pedro. **Do Gatekeeper a cartógrafo da informação: a reconfiguração do papel do jornalista da web.** In: XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste. Juiz de Fora: 2007.

BRUNS, Axel. **Gatekeeping, Gatewatching, realimentação em tempo real.** In: SBPJor/ Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo, 2011

CAVALCANTI, Maria Emília Tavares Varela. **O uso das redes sociais na prática do Jornalismo Colaborativo.** Universidade Potiguar, 2014.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença.** Livros LABCOM, 2014.

CANAVILHAS, João. SATUF, Ivan. **Jornalismo para dispositivos móveis: Produção, distribuição e consumo.** Livros, LABCOM, 2015.

COSTA – MOURA, Fernanda. **Proliferação das #hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos.** Ágora (Rio J.) vol.17 Rio de Janeiro. 2014

DI FELICE, M. **Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas.** Revista Matrizes - USP. v. 7, n. 2, p. 49-71. 2013.

FAUSTO NETO, Antonio. **Mediatização, prática social: prática de sentido.** In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS), 15, 2006, Bauru/SP. Anais eletrônicos. CD- ROM.

FAUSTO NETO, Antônio. **Enunciação jornalística entre dispositivo e disposições.** In: BARBOSA, Marialva; BERGER, Christa; LEMOS, André (orgs.). Livro da XIV COMPÓS. Porto Alegre: Sulina, 2006, p.95-107

MARTINS, Gerson Luiz. OLIVEIRA, Elton Tamiozzo. **A informação jornalística na ponta dos dedos: o ciberjornalismo e a leitura touchscreen.**

MCCAUGHEY, Martha; AYERS, Michael D. **Cyberactivism – Online activism in theory and practice**. EUA: Routledge, 2003.

PALACIOS, M. **Hipertexto, fechamento e o uso do conceito de não-linearidade discursiva**. 2005. Disponível em <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/palacios/hipertexto.html>

SOUSA, Gisella Meneguelli. **Narrativas transmídias e uma cosm(o)ética ativista e jornalística na “Copa do Brasil”**. Revista Rumores, Número 18. volume 9. 2015

SGORLA, Fabiane. **Discutindo o “processo de midiaticização”**. Mediação, Belo Horizonte, v. 9, n. 8, jan/jun de 2009

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. **O jornalismo especializado e a mediação de um *ethos* na sociedade contemporânea**. Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

REVISTAS:

ANTOUN, Henrique. MALINI, Fábio. **Ontologia da liberdade na rede: a guerra das narrativas na internet e a luta social na democracia** in Revista Famecos • Porto Alegre • v. 17 • n. 3 • p. 286-294 • setembro/dezembro • 2010

CORREIA, Frederico e AROSO, Inês (2007), “**A Internet e os novos papéis do jornalista e do cidadão**” in Revista Temática.

Disponível em: <http://www.insite.pro.br/2007/35.pdf>

COSTA, Eric. **Twittando no blog**. Revista Dicas Info. Editora Abril. Globo, Edição 67.

MENEZES, Cynara. **O #Foramicarla acua a prefeitura: do twitter emergiu um dos mais fortes protestos contra um governo**. Revista Carta Capita. Editora Confiança. Edição 652

SITES:

www.tribunadonorte

www.eagora.org.br

www.observatoriodaimpresa.com.br

www.g1.com.br

LINKS:

MICARLA DE SOUSA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016.

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Micarla_de_Sousa&oldid=45921799.

Acesso em: 28 jun. 2016.

PRIMAVERA ÁRABE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: WikimediaFoundation, 2016.

Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Primavera_%C3%81rabe&oldid=46043228Acesso em: 12 jul. 2016.

TWITTER. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Twitter&oldid=46252316>

Acesso em: 25 jul. 2016.

CASTELLS, Manuel. **Sobre Internet e Rebelião: “É só o começo”**.

Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/castells-sobre-internet-e-insurreicao-e-so-o-comeco/>

PREFEITURA DE NATAL. Anuário 2010.

Disponível em <http://www.natal.rn.gov/semurb>

MILENA, LILIAN. Novos movimentos sociais tendem a se manter apartidários.

Disponível em <http://jornalggn.com.br/noticia/novos-movimentos-sociais-tendem-a-se-manter-apartidarios>

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/manifestantes-do-fora-micarla-interditam-movimentada-avenida-de-natal/184719>

<http://www.raquelrecuero.com/artigos/artigoredesjornalismorecuero.pdf>

<http://oglobo.globo.com/brasil/micarla-afastada-da-prefeitura-de-natal-por-decisao-da-justica-6600812>

http://www.tribunadonorte.com.br/tmp/downloads/midia_kit_2015_jornal_impreso_e_online.pdf